

Revolução

UMA SÓ SOLUÇÃO REVOLUÇÃO SOCIALISTA



**PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO
BRIGADAS REVOLUCIONÁRIAS**

Revolução



PORTA-VOZ DO PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO — BRIGADAS REVOLUCIONÁRIAS

COMÍCIO NA COVA DA PIEDADE

PARTICIPAÇÃO DOS LEITORES

No passado dia 29 de Novembro, realizou-se na Cova da Piedade um comício do PRP-BR.

Durante o comício falou em primeiro lugar Isabel do Carmo que fez a história do PRP-BR sob a perspectiva: o que fomos, o que somos, o que seremos. Relatou a origem das BR, as suas acções, a criação do PRP e a alteração da sua natureza de acordo com a situação actual. Usou também da palavra o camarada Eduardo, da organização dos jovens que focou a necessidade dos jovens trabalhadores se organizarem e formarem uma organização da juventude autónoma e revolucionária.

Focou também as formas específicas com que a exploração e a repressão capitalistas se abatem sobre a juventude trabalhadora — salários menores que para além da super exploração que representam, servem para dividir a classe; os despedimentos que atingem de preferência os trabalhadores mais jovens, visto que as indemnizações pagas serão menores; a formação do exército industrial de reserva, que serve para tentar neutralizar as lutas dos trabalhadores, ser constituída na sua maioria por jovens trabalhadores; a ida dos jovens para o exército, que numa sociedade capitalista tem sempre funções repressivas, quer elas sejam de repressão directa dos trabalhadores em luta, quer sejam substituindo os trabalhadores nas suas funções, quando estes se encontram em greve.

Por último apontou "os objectivos da organização, que são a luta pela revolução socialista e pela ditadura do proletariado, o internacionalismo proletário, a organização dentro dos quartéis, para que o exército não sirva para reprimir os trabalhadores. Criar um sistema de apoio a todos os

camaradas que estão no exército e lutar pela sua integração na organização autónoma da classe operária."

Falou em seguida o camarada Carlos Antunes, cuja intervenção incidiu principalmente sobre a necessidade da Revolução Socialista em Portugal.

Disse este camarada que "pelas contradições geradas na sociedade portuguesa pelo capitalismo, este é incapaz, quer por uma forma fascista, quer por uma forma "democrática" continuar essa exploração."

Disse mais à frente que "a contradição fundamental da sociedade portuguesa antes e depois do 25 de Abril, é entre milhões de explorados e centenas de exploradores, e que a única forma de vencer essa contradição é a Revolução Socialista."

"ou essa solução, ou o regresso ao fascismo, o que significa a morte, o assassinato e o massacre de dezenas de milhar de pessoas.

Foi depois abordado o significado do 25 de Abril e do 28 de Setembro e o significado neste momento da política reformista.

"E quem foram os autores do 25 de Abril?

A maioria deles foi ultrapassada no tempo por milhares de explorados que continuaram a lutar: foram eles que destruíram a PIDE e que exigem que eles ainda estejam na cadeia." — disse a dado momento.

"É neste processo que surge a luta da classe operária, porque a classe operária sempre viu que o fascismo servia unicamente os monopólios e o imperialismo neste país."

E mais adiante disse: "Ao contrário da maior parte das organizações políticas portuguesas, nós dizemos: Há que estar com a classe operária, há que

a organizar, há que estar à sua frente, há que correr riscos...Ao contrário dos outros que diziam tenham calma, não queiram tudo numa vez, nós não temos calma, porque queremos tudo numa vez. E o todo, é uma sociedade nova, é uma sociedade diferente, é o fim dos exploradores neste país."

Referindo-se depois à política reformista, neste momento, disse nomeadamente: "A exploração continua a ser capitalista e os reformistas não têm alternativa política, porque na sociedade actual, no nosso país, só há duas políticas possíveis: ou a linha dos grandes monopólios que dominam toda a vida política do país, ou a linha da classe operária."

Tratou em seguida do problema do desemprego denunciando a vaga de despedimentos como sendo uma manobra do capital para criar uma situação de caos económico no intuito de forçar o governo a adoptar medidas capitalistas. Uma vez que o reformismo não tem alternativa política, existe o perigo de ele deixar degradar a situação até ao ponto de uma parte reaccionária do exército se organizar e tentar um novo 28 de Setembro, mas desta vez certo."

Falando a propósito do 28 de Setembro disse que esse dia nos ensinou %U"que não estávamos preparados para ele e que se tivesse sido mais duro seríamos esmagados. Mas nós estávamos dispostos tal como ontem a lutar de armas na mão. E este problema põe-se hoje a cada um de nós, face aos problemas concretos da actualidade portuguesa. Na situação política actual, só há uma solução imediata: REVOLUÇÃO SOCIALISTA."

A estas intervenções seguiu-se um debate em torno destes problemas, que teve uma grande participação do público.

poderão imaginar.

Assim, além da já habitual propaganda anticomunista, servem-se de determinadas manobras a nível de patrão barrigudo que promete emprego a indivíduos recém chegados das colónias a troco da sua inscrição no dito partido, para o que têm que ir despedindo outros que... "não estão dispostos a alinhar no mesmo clube."

Outro facto ainda mais vergonhoso e porco passou-se na "PATINTER" (empresa onde os burgueses e bem encharutados) têm os seus famigerados capitais na exploração dos trabalhadores, pois sabem o que fizeram esses... "senhores" (aos operários apresentaram-lhes juntamente a ficha de inscrição no PPD para assinarem, com as habituais insinuações demagógicas à mistura com sorrizinhos elegantemente fascistas no canto amarelo dos lábios como quem diz: Vá, não te armes em esperto, senão...

Duma vez para todas acabemos com estes asquerosos burgueses que exploram o honesto trabalhador e se escondem sob a capa democrática.

Digamos:
NÃO A PARTIDOS FASCISTAS
DESMASCAREMOS OS
LACAIO DO CAPITAL
PELO BEM ESTAR DO POVO
PORTUGUÊS
PELO FIM DA EXPLORAÇÃO
DO HOMEM PELO HOMEM
NÃO A MANOBRAS REAC-
CIONÁRIAS
PELA REVOLUÇÃO
SOCIALISTA

Com um abraço revolucionário
N. S.

CAMARADAS

"Sendo um operário com profunda consciência de classe e devoto leitor do jornal "Revolução" que considero ao verdadeiro serviço do povo português e da revolução socialista que todos nós desejamos breve mas correcta, queria dar ao conhecimento de todos os leitores da "Revolução" mais uma manobra suja, nojentas, já habitual de um Partido dito Popular Democrático (?) que aproveitando-se da situação de servilismo, obscurantismo, despolitização e analfabetismo de grande parte da população da Beira Alta, procura tirar vantagem da situação, arrebanhando a gente simples do povo, apanhada de surpresa perante um acerrimo agitar do "espantalho comunista".

Mas, não é este o verdadeiro objectivo que me impele a servir-me das colunas do vosso (nosso) jornal. Adiante...

Sucede que a escória, a escumalha, a vara (conjunto de porcos, entenda-se) dos fascistas mangualdenses que nem ao trabalho se dão a se disfarçarem, procuraram todos refúgio no mesmo covil: o PPD

Assim, banhados em terror histórico, no gesto teatral e derradeiro para assegurarem o seu fedorento capital, a exploração hedionda e macabra a que submetem o povo ignorante; o servilismo e a subserviência que o mesmo lhes devota, marram até ao delírio para encontrarem o meio de manterem a posição social que o 25 de Abril está a fazer perigar, recorrendo às manobras mais reaccionárias, às atitudes mais fascizantes que se

V. I. LENINE
DO
ESTADO



à venda
edições

Revolução



SEDES

LISBOA — Rua do Arco do Carvalhão, n.º 1, 5.º Dto.
— Tel. 71 09 82
PORTO — Apartado 200 - Vila Nova de Gaia
— Tel. 69 50 80

ÉVORA — Largo do Chão das Covas, 31
— Tel. 24998



BEIRA ALTA

1 — 105,15 Km de extensão;
— 62.194 habitantes, segundo o censo de 1970;

— diminuição, em termos absolutos, de 13.193 habitantes entre 1960 e 1970;

— Taxa de natalidade — 14,35% no distrito da Guarda, 19,81% no de Viseu;

— Taxa de mortalidade infantil — 62,79 por cada 1000 nados vivos;
— 1 médico, em média, para cada 2386 habitantes;

— 215.000 emigrantes que, na década de 60, se dirigiram, em lavas sucessivas, para os países industrializados da Europa.

2. É uma região pobre com a maior parte da população dedicada a uma agricultura primitiva praticada sobre os solos em regra pouco férteis e de acesso difícil.

As explorações agrárias realizadas por sucessivas partilhas são ainda hoje exploradas utilizando técnicas de cultivo arcaicas legadas ao longo de sucessivas gerações de agricultores. Apenas uma pequena parte da população subsiste ligada a uma actividade artesanal que chegou a ter na Beira Alta um certo desenvolvimento. Esta actividade encontra-se hoje em franco declínio com os mercados e feiras locais crescentemente invadidos pelos produtos dos afastados centros fabris.

ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

A sociedade beirã caracterizou-se sempre por uma rígida estratificação social que nos últimos anos tem vindo a sofrer um acelerado processo de desagregação. No topo da hierarquia social encontrava-se ainda, nas primeiras décadas do século, uma burguesia rural, proprietária das terras mais férteis. Esta classe personificava o reacionarismo fatalista e supersticioso próprio da gente beirã habituada a uma vida dura e servil.

Apoiada num aparelho de Estado de quem era feroz sustentáculo e servilmente bajulada por um clero zeloso dos valores tradicionais pôde manter os seus privilégios sobre uma massa de ignorantes e supersticiosos "trabalhadores do campo" como habitualmente aí são chamados os camponeses assalariados.

Eram originários desta classe os múltiplos chefes políticos que, durante os últimos anos da monarquia e na primeira República, fomentaram um caciquismo local que chegou a dividir muitas terras em diferentes facções políticas.

Entre esta classe e a grande massa de assalariados agrícolas subsistiam os pequenos lavradores e os "mestres" proprietários de pequenas oficinas artesanais trabalhando por conta própria ajudados por alguns membros da sua família ou por dois ou três assalariados.

ATRAZO DAS FORÇAS PRODUTIVAS

Afóra o centro fabril da Covilhã, onde se foi desenvolvendo a indústria têxtil e onde chegou a haver uma massa operária significativa, antes da emigração maciça dos últimos anos e da crise desta indústria, as forças produtivas na Beira Alta permaneceram estagnadas. Tal estagnação levou à perpetuação de relações pré-capitalistas, no seio das quais se esbatiam os conflitos gerados entre os "oficiais" ou "aprendizes a oficinas" os "mestres" donos das oficinas.

Se a tal nível de desenvolvimento das forças produtivas já se havia processado a separação entre os assalariados e os meios de produção, propriedade dos donos das oficinas, entre uns e outros era fácil o estabelecimento de ligações nascidas no compartilhar diário do esforço físico e fortalecidas ao longo do processo de aprendizagem. Os produtos fabricados eram e são ainda em muitas terras, transaccionados nas feiras locais proporcionando pequenas margens de lucros. Os salários praticados eram muito baixos devido a uma oferta de força de trabalho bastante numerosa.

Os camponeses procuravam dar aos filhos "um ofício" que os desviasse do trabalho da terra, arrancando-os do fundo da hierarquia social.

Em quase todas as terras beirãs se desenvolveram pequenas oficinas artesanais e os seus donos, ao lado dos pequenos e médios lavradores possuidores de propriedades de pequenas dimensões, formavam a charneira que ligava a burguesia rural à massa de camponeses assalariados.

ESTAGNAÇÃO SOCIAL

A estagnação das forças produtivas a baixíssimos níveis de actividade manteve uma produtividade muito baixa, propícia à manutenção de uma economia de subsistência. Esta estagnação tinha a sua contrapartida na estabilidade da estrutura social e política beirã. As fracas tensões que atingiam o dia a dia do beirão ou eram infriorizados em recalcaamentos ou canalizadas através de mecanismos de descompressão que actuavam a nível individual ou colectivo, como o álcool e a religião.

Sobre esta sociedade, abafada por uma superestrutura ideológica monolítica, actuaram e actuam forças que provocaram o aparecimento de um processo erosivo.

A burguesia rural que durante gerações fora centro de poder político, donde irradiava a força aglutinadora desta sociedade,

iniciou um processo que a iria levar ao desenraizamento e à decadência.

Como forte sustentáculo político do salazarismo ofereceu ao regime os seus melhores "varões" que ao integrarem os quadros políticos e administrativos do aparelho de Estado e ao exercerem profissões liberais — medicina e advocacia — se começaram a fixar nos centros urbanos.

EMIGRAÇÃO

A emigração que, desde o início deste século se tornou cada vez mais intensa, passou de factor descompressor oculto, a factor de desagregação, na medida em que começou a ameaçar a frágil estabilidade de um esquema de reprodução que assentava na exploração de uma força de tra-

posse das propriedades e solares da decadente burguesia rural. Os mais expeditos aplicavam parte da fortuna nos mercados financeiros suíços ou franceses, depositando os seus capitais a taxas elevadas.

Em Portugal apenas podiam aplicar tais capitais na compra de imóveis ou em depósitos na Banca, pois a especulação no mercado bolsista apenas foi possível nos últimos anos do regime fascista.

Ao adquirirem as propriedades da velha burguesia rural subiam na hierarquia social procurando desligar-se das classes donde eram originários e às quais ainda os unia laços de parentesco.

PROMOÇÃO SOCIAL

O progressivo desaparecimento e decadência da burguesia rural

ficou em novos emigrantes que se dirigiram para as colónias africanas da França e da Bélgica. Na década de 60 iniciou-se o violento surto de emigração para a França que iria completar a desagregação da sociedade rural beirã. Os que não tinham conseguido emigrar para África (Para o conseguir era necessário um contracto, "a carta de chamada", que os colonos já estabelecidos apenas facultavam a alguns familiares), começaram a fazê-lo para os países da Europa a braços com dificuldades por não possuírem a força de trabalho indispensável para a manutenção do elevado ritmo de desenvolvimento das forças produtivas, conseguido no pós-guerra.

QUALQUER PARTIDO POLÍTICO TEM DE TER EM CONSIDERAÇÃO A ESTRUTURA ECONÓMICO-SOCIAL

Camponeses assalariados, rendeiros, artífices e até pequenos lavradores e donos de oficinas abandonaram as terras e dirigiram-se, legalmente ou a salto, para os países mais desenvolvidos da Europa ou, embora em menor número, para as colónias portuguesas de África.

São sobejamente conhecidas as razões que estiveram na origem do surto emigratório que transformou muitas regiões do país em desertos desoladores. Todas, desde a guerra colonial à manutenção de condições socio-políticas ultrajantes, pertencem à história do regime fascista e não são de desenvolver aqui.

A saída de dezenas de milhar de indivíduos, de idade compreendida entre os 16 e os 50 anos, acabou por desarticular uma estrutura social já em pleno processo de desagregação.

Os poucos camponeses assalariados que restam são os que se sentem demasiado velhos para enfrentar as incertezas e dificuldades da emigração e são utilizados na agricultura de luxo, praticada por "desfastio", pelos novos donos das melhores terras.

A depauperada sociedade beirã está hoje à mercê da ideologia reaccionária dos milhares de ex-colonialistas.

As consequências, sobre estas condições, do regresso eventual dos milhares de trabalhadores agora nos países europeus, alguns deles com uma consciência sindical despertada nos contactos com os trabalhadores estrangeiros e nas lutas presenciadas, não são facilmente previsíveis. É no entanto forçoso que qualquer trabalho político junto destas populações tenha em conta os condicionamentos apontados.



... a gente beirã habituada a uma vida dura e servil

balho numerosa e paga com salários muito baixos.

Enquanto noutras regiões do país os emigrantes continuavam a dirigir-se aos locais tradicionais, como do Brasil, alguns beirões começaram a dirigir-se para a África, para as então colónias Belga e Francesa.

Nestes países compartilharam com os colonialistas belgas e franceses na exploração dos naturais.

A par das fortunas obtidas no tráfego, no contrabando com os nativos e na exploração de plantações, absorveram dos franceses e belgas alguns costumes que no regresso chocavam com os hábitos ancestrais da sociedade beirã. Uma vez de volta, os emigrantes enriquecidos procuravam colocar a sua fortuna. Faziam-no entrando na

deixava um vazio na sociedade beirã. Para ele se precipitaram os "novos ricos" procurando realizar por esta via os sonhos dos camponeses de quem eram parentes — entrar na posse das terras que amanhavam. Eram, no entanto, demasiado fortes os laços que os ligavam às outras classes para poder preencher as funções sociais e políticas da classe decadente. Elevados acima das massas ignorantes pelo dinheiro conseguido na emigração a elas continuavam ligados por laços culturais e esquemas mentais que os anos de separação não tinham conseguido romper.

Procuraram refazer as velhas alianças da burguesia rural e, ao reacionarismo "esclarecido" dos antigos "senhores", contrapunham agora o seu reacionarismo "ignorante". O seu exemplo fruti-

PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO BRIGADAS REVOLUCIONÁRIAS

RENAULT

- ACABAR COM A SOCIEDADE CAPITALISTA
- ACABAR COM A EXPLORAÇÃO DO HOMEM PELO HOMEM
- LUTAR CONTRA O COLONIALISMO E NEO-COLONIALISMO

- LUTAR CONTRA O IMPERIALISMO NA PERSPECTIVA DO INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO
- ORGANIZAR OS TRABALHADORES PARA A TOMADA DO PODER
- A TOMADA DO PODER PELOS TRABALHADORES É SEMPRE PELA VIOLÊNCIA REVOLUCIONÁRIA

- O PROLETARIADO NO PODER É A DITADURA DO PROLETARIADO
- A DITADURA DO PROLETARIADO NÃO É A DITADURA DUM PARTIDO OU DUM GRUPO, É A DITADURA DA CLASSE QUE É UMA FORMA SUPERIOR DE DEMOCRACIA

- A DITADURA DA CLASSE TEM DE SER EXERCIDA POR ESTRUTURAS ELEITAS PELA CLASSE
- ESSAS ESTRUTURAS SÃO AS COMISSÕES DE TRABALHADORES ELEITAS EM ASSEMBLEIA E REVOLUCIONÁRIAS A TODO O MOMENTO

- ASSEMBLEIAS DE TRABALHADORES, COMISSÕES DE TRABALHADORES, DELEGADOS DE COMISSÕES SÃO A ORGANIZAÇÃO AUTÓNOMA DOS TRABALHADORES
- A ORGANIZAÇÃO AUTÓNOMA É A ÚNICA REPRESENTANTE LEGÍTIMA DOS TRABALHADORES
- A ORGANIZAÇÃO AUTÓNOMA DOS TRABALHADORES É QUE EXERCERÁ A DITADURA DO PROLETARIADO

- CABE AO PARTIDO REVOLUCIONÁRIO A ANÁLISE POLÍTICA DA SITUAÇÃO CONCRETA, DE ACORDO COM UMA PERSPECTIVA POLÍTICA GLOBAL

- CABE AOS MILITANTES ESTIMULAR A ORGANIZAÇÃO AUTÓNOMA, LUTAR DENTRO DELA POR UMA LINHA JUSTA; PROPAGANDEAR A PERSPECTIVA REVOLUCIONÁRIA, RECRUTAR NOVOS MILITANTES

- NA SITUAÇÃO ECONÓMICA, SOCIAL E POLÍTICA ACTUAL SÓ HÁ UMA SAÍDA PARA OPOR AO FASCISMO E AO CAPITALISMO — A REVOLUÇÃO SOCIALISTA

O capital internacional continua a fazer os seus "investimentos" na actual situação económica portuguesa: agora que se torna um pouco mais difícil a obtenção de lucros chorudos, facilmente obtidos no período fascista, pela repressão sobre os trabalhadores nas suas justas reivindicações, recua criando situações de desemprego massivo, situação muito provável à "necessidade das forças da ordem" intervirem estabelecendo a "sua liberdade": a da exploração feroz da mão-de-obra para, diminuindo o mais que pode os custos de produção, restabelecer assim os níveis de super lucro. Segue-se uma situação deste género que nos é revelada num comunicado dos trabalhadores da "Prograuto" da Covilhã:

Os trabalhadores da firma PROGRAUTO — Indústrias Automóveis da Covilhã, Lda ao tomarem conhecimento de que a firma Indústrias Lusitanas Renault, SARL não deseja renovar o contrato de agência, de automóveis e peças RENAULT, que existia entre ambas e considerando o facto de a firma PROGRAUTO ter sido constituída em 1973 com o propósito único e exclusivo de comercializar e dar assistência àquela marca nos Concelhos de Covilhã, Fundão e Belmonte e ter neste momento uma posição cimeira de vendas superior à média nacional, responsabilizam a administração das Indústrias Lusitanas Renault, SARL pela situação a que possam vir a estar sujeitos em consequência de tal atitude.

Julgam ainda os trabalhadores da PROGRAUTO dever alertar todos os trabalhadores para mais esta atitude do CAPITAL e DIRECCOES ESTRANGEIRAS, no caso a RENAULT em Portugal, que não deixam dúvidas do que pretendem fomentar.

OS TRABALHADORES
Covilhã, 27 de Novembro de 1974

TRANQUILIDADE

A empresa capitalista reflete a estrutura social que a cerca, e aí se exprimem as suas desigualdades das quais se destacam as que dizem respeito às remunerações e gratificações. Os trabalhadores da companhia de seguros "Tranquilidade" iniciaram um processo de luta em volta destas questões, o qual nos dá a conhecer pelo comunicado que transcrevemos em seguida:

NÓS LUTAMOS POR UMA MAIOR JUSTIÇA SOCIAL

De há muito que as gratificações concedidas pela Tranquilidade, constituem fonte de profundo descontentamento das massas trabalhadoras da empresa, conscientes das desigualdades que as envolviam.

— 10% do pessoal, todo ele de chefia, recebeu 4.200 contos (78% da verba total).

— Uma minoria dos restantes 90% do pessoal, recebeu 1200 contos (22% da verba total).

Esta situação enquadra-se perfeitamente no sistema capitalista, em que o patronato, a troco de uma distribuição elitista da riqueza por TODOS produzida, ALIENA E DIVIDE AS MASSAS TRABALHADORAS.

Os trabalhadores reunidos em
Plenário de 29 de Outubro de 1974,

fazendo uma análise serena e correcta do problema decidiram abolir as Gratificações e fazer distribuir equitativamente por todos os trabalhadores a verba de 5.400 contos já orçamentada para este ano.

Anossa justa reivindicação, a administração desta casa, respondeu, com intrigas, provocações, manobras tendentes a que brar a unidade dos trabalhadores, apoiando-se em caducos legalismos e deturpando a seu favor aqueles que saíram depois de 25 de Abril com a única intenção de defender os trabalhadores.

A TODAS ESTAS MANOBRAS NÓS TRABALHADORES DIZEMOS — NÃO

FACE A SUA NEGAÇÃO FOMOS OBRIGADOS A USAR A NOSSA FORÇA A FORÇA DE QUEM TRABALHA

NESTA SEQUÊNCIA ENCONTRAMO-NOS NUM SISTEMA DE PARALIZAÇÕES INTERMITENTES, PARA AS QUAIS PEDIMOS O APOIO DE TODOS.

OS TRABALHADORES DA COMPANHIA DE SEGUROS TRANQUILIDADE
COMISSÃO SINDICAL DE EMPRESA

DEMOCRACIA

Os partidos da coligação (e não só) falam muito da "consolidação da democracia", da "reconstrução" e do "desenvolvimento do País". Estas palavras de ordem, propostas principalmente pelo PCP (até ter estafado o papão do "caos económico"), podem parecer indiscutíveis, e as organizações que as defendem muito lutam para que não sejam contestadas. Na realidade, enunciadas assim e agora, respondem a uma necessidade do capitalismo que o fascismo não conseguiu resolver — desarmar as lutas dos trabalhadores — escondendo que, na sociedade em que vivemos (e que, quanto a isso, o 25 de Abril não alterou), o "desenvolvimento" beneficia principalmente a classe exploradora e que, mantendo-se as actuais reacções de produção, o esforço dos trabalhadores é aproveitado pelo patrão, entre outras coisas para despedir alguns empregados...

Estão os trabalhadores interessados em consolidar a democracia para os patrões? Vejamos o que aconteceu na última semana de Novembro, por exemplo, em algumas democracias burguesas da Europa:

— Em França existe mais de meio milhão de desempregados, e, além de greves contra os despedimentos (como na radiotelevisão) está convocada para o próximo dia 12 nova greve geral, no espaço de um mês.

— Na Itália o desemprego atinge quase um milhão de trabalhadores e esteve em greve o sector dos transportes públicos de Roma.

— Na Inglaterra, onde o desemprego ou o emprego parcial têm crescido dia-a-dia, o próprio Partido Trabalhista, no governo, já não consegue calar a insatisfação nem no seu próprio congresso — os operários querem "um socialismo a sério e não uma brincadeira de mangas de alpaca e homens de braço".

Isto, evidentemente, para reduzirmos ao mínimo o que, a ser completo, ocuparia páginas e páginas de simples descrição.

Como se pode lutar por uma sociedade sem classes, consolidando a ditadura da burguesia sobre os trabalhadores? Como se pode consolidar o que assenta na conciliação de interesses opostos (os dos patrões e a dos trabalhadores)? Se outros países, industrialmente mais avançados e explorando também trabalhadores estrangeiros, não conseguem evitar o "caos económico", conseguiremos nós o impossível?

O que os reformistas não entendem (ou não querem entender) é que o fascismo não foi um capitalismo "mau" e que nunca haverá um capitalismo "bom" para os trabalhadores, porque a única maneira de evitar o caos económico passa pelo derrube do capitalismo e porque não haverá desenvolvimento integral nem real democracia, sem socialismo.

SUPLEMENTO REGIONAL

EDITORIAL

Começou já a circular no distrito de Évora o primeiro n.º do suplemento regional do "REVOLUÇÃO", porta-voz da Organização Regional de Évora do PRP-BR que vai levar à população do distrito a informação dos problemas regionais tal como a

perspectiva da organização sobre a luta dos operários e camponeses daquela região. Saudando esta iniciativa dos camaradas da ORE passamos a transcrever o editorial deste suplemento com a data de 1 de Dezembro de 1974:

A imprensa revolucionária é uma arma a utilizar pelos trabalhadores. Os meios de comunicação estiveram e estão ligados aos interesses financeiros, que assim manipulam a seu bel-prazer a opinião pública e a intoxicam.

Antes do 25 de Abril, dadas as difíceis condições a que o fascismo a remetia, a imprensa revolucionária aparecia sob a forma de panfletos e de jornais clandestinos. Hoje, e dado que o capitalismo se mantém é necessário que os trabalhadores aproveitem as

condições de "liberdade de expressão" e criem a sua própria imprensa. É nesta perspectiva que surge o n.º do suplemento regional.

Com esta iniciativa, dispõem os trabalhadores de uma tribuna onde todos poderão debater os seus problemas e tudo quanto à classe trabalhadora diga respeito.

Pomos, portanto estas páginas à disposição de todos os trabalhadores. Serão os trabalhadores da região de Évora a decidir o que o suplemento será, traçando os seus horizontes.

COMITÉ ALENTEJO VERMELHO

Do Comité Alentejo Vermelho, organização sem vinculação partidária, recebemos um comunicado que foi largamente distribuído no Alentejo, que vem denunciar a convenção de trabalho, uma vez que esta não vem resolver um dos grandes problemas com que se debatem os trabalhadores alentejanos no que diz respeito à garantia de trabalho durante todo o ano. Mais grave se torna este problema quando se sabe que há milhares de trabalhadores despedidos no Alentejo.

"Os trabalhadores rurais têm uma nova convenção de trabalho por um ano:

— Mas porque é que nessa convenção não é garantido o trabalho a todos os eventuais?

— Porque é que em dias de chuva o patrão só paga uma hora? Nesses dias nós não comemos?

— Porque é que os trabalhadores podem ser despedidos com um aviso de 2 dias?

— Porque é que os patrões continuam a viver na abundância e os trabalhadores na miséria mais vergonhosa? — Acaba a sementeira e a apanha da azeitona; e depois como vai ser? Ficam os tractoristas e os maiores e o resto do pessoal é lançado na miséria? Até quando é que isto se mantém?"

Com estas questões levantadas no comunicado do C.A.V. levanta-se um outro problema: de os trabalhadores eventuais. Efectivamente estes estão à mercê dos patrões porque não têm qualquer garantia de emprego, nem é tão pouco a convenção de trabalho que lhe oferece.

Nesse sentido, continua o comunicado perguntando:

"Porque é que há distinção entre trabalhadores efectivos e trabalhadores eventuais?"

Afinal não somos todos trabalhadores efectivos? Não temos trabalhado toda a vida para os patrões? Se trabalhamos um mês num patrão e depois mudamos para outro deixamos de ser efectivos?

Afinal a quem aproveita esta diferença entre efectivos e eventuais? Só aproveita aos patrões, está claro!

Os ricos dizem que não podem ser todos efectivos porque não há trabalho todo o ano. Mas de quem é a culpa de não haver trabalho todo o ano?

Quem é que mantém milhares de hectares em coutadas só para caçar?

Quem é que põe bois bravos onde devia pôr trigo, só para en-

treter o povo em touradas? O povo não quer saber de garraiadas, o povo o que quer é pão para os seus filhos. Ponham o s bois bravos à engorda e os toureiros em quadreiros que o povo precisa é de mais carne.

E quem é que anda a arrancar oliveiras e azinheiras aos milhares? E quem deixa a azeitona nas arvores?

E quem é que paga as armas da "maioria silenciosa" que têm entrado pela fronteira?

Quem são os culpados que negam o pão aos pobres e prepararam a sua matança comprando armas ao estrangeiro?"

Continua o comunicado fazendo uma breve análise da situação e finaliza apresentando uma série de soluções viáveis.

(...)Que ninguém tenha ilusões! — A crise da economia vai aumentar. Perdendo os lucros da exploração das colónias a burguesia só vê um caminho para manter os seus lucros: vai aumentar a exploração em Portugal, fazendo mais despedimentos e aumentando os ritmos de trabalho, obrigando assim os trabalhadores a pagar com a miséria e maiores sacrifícios a crise que eles, e só eles criaram. Que ninguém tenha ilusões: ENQUANTO HOUVER PATRÕES HAVERÁ MISÉRIA E DESPEDIAMENTOS.

Não é só no Alentejo que há despedimentos. Pelo país inteiro a burguesia vai fazendo despedimentos massivos. Diz-se para aí que os patrões fazem despedimentos para voltar o povo contra o Governo. Mas contra quem é que os trabalhadores se não-de voltar se o Governo faz leis que permitem os despejamentos?

CAMARADAS: Frente às manobras dos exploradores devem responder os trabalhadores com acções revolucionárias reforçando a unidade entre operários e camponeses para derrubar definitivamente o poder da burguesia e instaurar uma democracia popular que:

— dê a terra a quem a trabalha, expropriando todos os latifundiários latifundiários.

— dê as fábricas aos operários que as fazem produzir.

— que nacionalize todos os bancos, seja o povo a administrar os dinheiros públicos.(...)

(...)Se agora o problema mais urgente a resolver é o dos despedimentos então que os grandes senhores da terra paguem dos seus cofres para ajudar os esfomeados, que os ladrões do nosso suor respondam pelos seus crimes!"

SOLIDARIEDADE COM A GREVE DAS OPERÁRIAS DA INDÚSTRIA CONSERVEIRA DO ALGARVE

O jornal Revolução por intermédio do núcleo do PRP—BR em Olhão falou com a operária conserveira que fora agredida pelo patrão na fábrica Cocco. Essa operária fez-nos uma declaração, que é transcrita na íntegra:

"Chamo-me Solange da Conceição Patrício Santos moradora na rua das Lavadeiras n.º 53 — Olhão. Trabalho há 22 anos na Indústria de conservas de peixe, na firma de José António Rita de Olhão.

Quando chegaram as mulheres de Vila Real de Santo António eu não estava trabalhando, tinha ido ao médico com o meu filho.

Depois apareceu um delegado com o Presidente do Sindicato e o Tesoureiro, que nos vinham falar.

Na fábrica não se podia falar porque a intenção deles era falar com apenas 6 ou 7, mas nós dissemos que não era falando 6 ou 7 operárias que se resolve o assunto, o assunto resolvia-se falando com todas.

O delegado mandou-nos ir para o salão do sindicato onde falaria com as operárias todas. Nós fomos. Depois de breves discussões resolvemos ir às outras fábricas perguntar às nossas camaradas se estavam de acordo com a greve.

Fomos à fábrica do Pacheco.

Este atendeu-nos muito bem.

De caminho passámos por a fábrica F. COCCO, que foi a fábrica onde tivemos maiores problemas. Não chegámos a entrar na fábrica, ficámos na porta de Quintal. O "Senhor" Pina não quis explicações e pôs-se a sacudir-nos e a empurrar-nos, dizendo que ia buscar um pau para nos bater. Eu então avancei para lhe explicar o que se passava, mas em resposta apanhei um pontapé no joelho e um soco no pulso. Cai para cima das minhas camaradas que me ampararam ao mesmo tempo que ele dizia bem alto que nunca tinha visto putas tão ordinárias (É de citar o esforço que a agredida fez para nos dizer tal frase). As minhas camaradas atiraram-se a ele mas ele conseguiu fugir, fui depois trazida a casa onde tratei dos ferimentos".



Devido ao resultado negativo que teve a reunião no Ministério do Trabalho, entre as suas delegadas e os patrões, tendo estes recusado a satisfação das suas justas reivindicações, 5000 operárias da indústria conserveira de V. R. de Sto. António e Olhão, fizeram, em Olhão, no dia 1, domingo, uma manifestação que teve como objectivo elucidar todos os trabalhadores acerca da sua justa luta e demonstrar a todos os patrões e a todos os reaccionários, que estão unidas e organizadas e dispostas a levar a sua justa luta até ao fim, até à vitória.

Na manifestação, as operárias, juntamente com outros trabalhadores que nela se incorporaram, gritavam as palavras de ordem: "Morte ao fascismo", "As operárias vencerão", "A greve continua", etc...

Ao mesmo tempo as operárias conserveiras de Portimão levaram também a efeito uma manifestação, com os mesmos objectivos.

Neste momento, a greve que teve início em V. R. St.º António e Olhão, já se estendeu a todo o Algarve, nomeadamente a Portimão e Lagos.

Entretanto, o ministro do Trabalho, cap. Costa Martins, numa declaração a sindicalistas estrangeiros, diz que "neste momento não se regista uma única greve em Portugal". Ou o ministro do Trabalho desconhece o que se passa no país ou mentiu descaradamente. Tanto num caso como no outro, dada a gravidade do facto, pensamos que o melhor que tem a fazer é demitir-se.

Neste momento em que os patrões e os seus agentes, (políticos reaccionários, reformistas, etc...) tentam derrotar a luta das conserveiras, devem estas reforçar a sua unidade e organização, elegendo comissões de luta em assembleia geral de fábrica e comissões de coordenação tanto ao nível de localidade como ao nível de todo o Algarve.

Por outro lado, a ocupação dos locais de trabalho é uma necessidade imediata, bem como a criação de piquetes, para que a greve não seja furada e para que os patrões não tenham possibilidades de retirar os produtos já fabricados e os meios de trabalho, o que já foi tentado por alguns patrões, nos locais onde pensavam que a vigilância das operárias tinha afrouxado.

O Partido Revolucionário do Proletariado — Brigadas Revolucionárias sempre apoiou e apoiará os trabalhadores quando estes lutam por melhores salários, por melhores condições de trabalho, por melhores condições de vida, etc... E considera estas lutas quando bem organizadas e quando os trabalhadores conseguem impôr a sua unidade àqueles que os tentam dividir, passos importantes no sentido da unidade e da organização, condições necessárias para a Revolução Socialista.

Quando lutam por objectivos económicos, têm os trabalhadores que ter consciência que isso é uma luta importante mas parcial, porque enquanto estivermos sujeitos ao regime de exploração capitalista, têm os patrões a possibilidade sempre, através do aumento do custo de vida de anular as vitórias conseguidas a este nível.

É dever de classe de todos os trabalhadores revolucionários, organizarem-se partidariamente no sentido da criação de um forte partido revolucionário do proletariado, sem o qual é impossível acabar com todas as formas de exploração, fazer a Revolução Socialista, construir uma sociedade mais justa, sem a exploração do homem pelo homem, etapa necessária para a instauração do comunismo, isto é, a sociedade sem classes.

MORTE AO FASCISMO!
VIGILÂNCIA REVOLUCIONÁRIA!
CONTRA O CAPITALISMO
PELO PODER DOS TRABALHADORES
PELA DITADURA DO PROLETARIADO
PELA REVOLUÇÃO SOCIALISTA

Olhão, 3 de Dezembro de 1974.

NÚCLEO DE OLHÃO DO
PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO
BRIGADAS REVOLUCIONÁRIAS

O PARTIDO E A ORGANIZAÇÃO

Não há dúvida de que se atravessa um período extremamente propício ao amadurecimento das condições subjectivas: as classes trabalhadoras começam a dar mostras de maturidade política até aqui desconhecida, acentua-se a rejeição, ao nível das massas, das correntes reformistas, desponta para a luta um cada vez maior número de militantes com consciência de classe, tudo isto traduzido no avanço verificado ao nível de organização (sindical, autónoma e partidária).

Fenómenos como o de ser Portugal o país da Europa onde a extrema esquerda tem mais implantação (ao ponto de começar a "bater o pé" às organizações reformistas), são bem esclarecedores da real possibilidade duma Revolução que, atendendo à dinâmica do processo de desenvolvimento da Organização Autónoma do Proletariado, será necessariamente uma Revolução Socialista, e não, por muito que custe aos "estalinistas" da nossa praça, uma Revolução Democrática Popular.

A ORGANIZAÇÃO AUTÓNOMA

A propósito, voltamos, outra vez (nunca será demais repeti-lo), a dizer o que entendemos por Revolução Socialista: trata-se do processo no qual a tomada do poder e o exercício desse mesmo poder serão feitos pelo próprio proletariado organizado em Comissões Proletárias (ou Soviets) de empresa e de bairro.

Evidentemente, tais Comissões Proletárias pressupõem:

1 — Que sejam eleitos, a nível de empresa ou de bairro, por toda a massa de proletários aí existente, isto é, sem distinção entre os filia- dos partidariamente e os não filia- dos.

2 — Que os eleitos o sejam enquanto que proletários mais conscientes e merecedores da confiança da classe e não por pertencerem a este ou àquele parti- do.

3 — Que a Assembleia de em- presa ou de bairro seja, de facto, o órgão máximo e deliberativo por excelência.

4 — Que, de proporcionar o estreito controlo da cúpula pela base, o leito perca as suas funções logo que a base que o elegeu lhe retire a confiança. Passará então a assumir essas funções aquele que for eleito para o substituir.

É, portanto, este o ponto de partida para a estruturação da Organização Autónoma e cuja organização a níveis superiores (local, regional, nacional) será tare- fa a realizar posteriormente, mas

que, desde já pode e deve ser apontada como fundamental para o futuro poder proletário.

TRÊS QUESTÕES

Definida nestes termos a Re- volução Socialista — competirá ao próprio proletariado o aprofundamento da questão —, é justo que se façam as seguintes três interrogações:

a) — Será este modelo válido para todos os países e em qualquer momento?

b) — Pressupõe este modelo abdicção da violência como única forma de derrubar o poder burguês instituído?

c) — Pressupõe este modelo abdicção da violência como única forma de derrubar o poder burguês instituído?

c/ — Qual será então o papel do Partido em todo este processo?

No que respeita à primeira dessas interrogações, é óbvio que a praticabilidade deste modelo exige um mínimo de condições, a saber: que o proletariado seja a classe que, do ponto de vista da relação de forças, seja a mais forte dentro de determinado espaço geográfico; que, no contexto internacional, a realoção de força não seja de molde a obrigar a uma dependência dos países imperialistas, tão pouco a obrigar a uma defensiva cerrada face a esses mesmos países. E muito embora seja lícito vir-se a sofrer certas dificuldades no curto período de transição que sucede imediatamente à tomada do poder, não é triunfalismo considerarmos estes dois pontos como adquiridos.

Quanto à necessidade de recurso à violência, para a tomada do poder e consequente aniquilamento do poder político e militar burguês, esta apresenta-se-nos como uma obrigatoriedade imposta pelo sistemático recurso à violência reacçãoária por parte da burguesia (subtil de preferência, brutal em último recurso). A possibilidade de tomar o poder sem um confronto armado, é incorrecto chamar-se de pacífica, porquanto ela só será possível se, na altura desse mesmo confronto, a relação de forças for de tal modo favorável ao proletariado (a nível internacional e, sobretudo, a nível nacional) que a burguesia tema o confronto e recue. Isto pressupõe, evidentemente, uma forte coacção física de consequências políticas que torna deslocados quaisquer conceitos eleitoralistas, reformistas, pacifistas.

Quanto ao papel do Partido, é toda a problemática da relação Partido/Organização Autónoma que está em causa, e cuja com-

plexidade é alimentada por de- formações ideológicas de natureza "e stalinista" (o Partido é om- niscente e onipotente e a classe deve delegar nele o exercício da di- tadura do proletariado) e, anarco- -sindicalistas (a classe é capaz de, por si só, conseguir a sua liberta- ção).

O PARTIDO ESTALINISTA

Da parte dos "estalinistas", a de- turpação surge em consequência dum arraigado paternalismo para com o proletariado, o que os leva a subestimar as suas potencialidades e capacidades reais. No conceito "estalinista" de massas está pa- tente uma noção de rebanho despessoificado e amorfo, consti- tuído por todo um proletariado sem a mínima consciência da ex- ploração a que está sujeito e sem a mínima capacidade de engendrar formas de defesa, primeiro, e de ofensiva, depois, contra a classe exploradora e seus aparelhos de opressão. O Partido aparece-lhes então como motor único que, arrastando atrás de si a massa informe dos proletários, alcança o poder e o exercerá depois, em

do aparelho partidário, sem sequer se darem conta de aí residir a principal fonte imediata da burocratização, e resolvem a questão recorrendo a truques de nomenclatura (classes, categorias, etc.), puro jogo de palavras que nada explica e nada resolve. O Partido e este ou aquele país passam a funcionar como verdadeiro Deus, a militância passa a ser um jogo de capelas e, em consequência, toda a utilização do materialismo dialéctico como método de investigação e análise é preterido em favor de cópias mais ou menos rocam- bolecas de esquemas pré- -fabricados e criados em situações e para situações que pouco ou nada têm a ver com o Portugal europeu (não em termos de CEE) de hoje.

A importância a que os reduz o dogmatismo e o sectarismo que lhes são característicos im- possibilita os "estalinistas" de observarem sequer o que se passa à sua volta. Ignoram assim tudo quanto o proletariado, já depois do 25 de Abril, foi capaz de construir por suas próprias mãos, desde as formas mais radicalizadas de luta até a formas de organização, como as múltiplas Comissões de Tra-

o Deus, e nela se coloca o sacro poder de tudo, por si só, ser capaz de fazer e resolver. O Partido seria, pois, uma simples casta de burocratas pretensamente ilumina- dos e dispostos a ganhar os seus louros à custa do suor do prole- tariado. O obreirismo que caracte- riza esta corrente é igualmente consequência de um paternalismo em relação à classe, só que desta vez envergonhado e remetendo o militante para um papel dum servilismo cristão que, por não apontar perspectivas à classe, re- dunda em seguidismo, forma me- diocre de oportunismo.

O não reconhecimento da necessidade de um militante re- volucionário estar organizado parti- dariamente, como único meio de poder a cada momento abrir perspectivas estratégicas e táticas à classe, leva a que o anarco- -sindicalista se refugie na rei- vindicação imediata e entre no tal processo seguidista. E mesmo que consiga formas de organização (evidentemente difíceis, sobretudo a nível nacional, para quem se remete para problemas e questões tão divergentes de empresa para empresa e de região para região), nunca tal organização ultrapassará o plano reivindicativo, criando na classe a ilusão de que tal é suficiente para o derrube do capi- talismo.

Em termos filosóficos, isto corresponde a não ver no Capital senão o seu poderio económico. Por outras palavras, o anarco- -sindicalismo não reconhece o po- der político e militar da burguesia, razão pela qual se fica na luta rei- vindicativa. O facto, porém, é que a burguesia não prescinde dos seus aparelhos político e militar, e é isso que torna o anarco-sindicalismo aventureiro, na medida em que, arremessando a classe para um combate para o qual não está (polí- tica e militarmente) preparada, a conduz ao suicídio — vide 1926, em Portugal.

PORQUÊ O PARTIDO?

A necessidade de um Partido resulta, pois, de duas permissas fundamentais:

1.º — Do facto de a Revolução Socialista só ser possível se a tomada do poder for fruto dum processo que culminará na des- truição do aparelho de Estado burguês e sua substituição pelo Estado Proletário.

2.º — Do facto do proletariado, por si só, não ser capaz de montar as suas estruturas políticas e mili- tares autónomas e, deste modo, irriando desde já um poder paralelo.

A função do Partido será assim, enquanto que consciência re- volucionária organizada, as de perspectivar as lutas em termos de classe, dando elementos para para



A primeira reunião de soldados do soviete de Petrogrado, no Palácio de Tavritchsk - 1917

nome e na defesa dessa mesma classe remetida, evidentemente, para um papel mais ou menos passivo.

Os mentores de tal conceito mostram-se infalivelmente incapazes de perceber determinados acontecimentos históricos (a evolução nos países de Leste — e não só) e colocam im- perterivelmente a questão em função da actuação de A ou B dentro deste ou daquele partido. Escapa-lhes por completo o papel da luta da classes, e da relação entre classes dentro duma socie- dade (e a nível internacional, como factor determinante da evolução dos processos nessas mesmas sociedades).

Caem deste modo no fetichismo

balhadores eleitas a nível de em- presa, do Norte ao Sul do País. No fundo, trata-se de uma recusa do subconsciente em aceitar um fenómeno que põe em causa todo o edifício "estalinista", portanto todo o edifício filosófico segundo o qual militam e no qual se "bea- tificam".

A AVENTURA ANARCO SINDICALISTA

4 Num outro pólo, muito embora as raízes de classe não sejam to- talmente diversas, se situa o anarco-sindicalismo, corrente em franco refluxo mas que, dadas as grandes tradições existentes em Portugal, não deixa de se fazer sentir.

Aqui é a classe quem personifica

AUTONOMA

uma definição estratégica do processo que deve conduzir à Revolução Socialista. Cabe-lhe ainda analisar a cada momento a situação, condição sem a qual toda a definição estratégica não terá o devido aproveitamento a nível tático.

Evidentemente, quer uma coisa quer outra não são possíveis sem uma visão de conjunto (nacional e internacional) e é essa a razão por que só o Partido está em condições de o fazer.

PARA QUÊ O PARTIDO?

Ficaria, no entanto, manco o Partido se a sua acção se limitasse a um papel de conselheiro teórico da classe e exterior a esta. A sua plena utilidade impõe que os seus quadros sejam quadros de classe, trabalhadores que vivem com os seus camaradas de trabalho todos os problemas e vicissitudes a que a classe está sujeita, e que no local de trabalho (e não só) sejam verdadeiros militantes revolucionários da classe.

Só assim, aliás, se ultrapassa a contradição Partido/Organização Autónoma: o militante partidário não deve invocar o Partido como algo de superior a que a classe deve aderir ou seguir, mas deve aproveitar tudo o que a sua militância partidária lhe fornece para pers-

pectivar as lutas da classe no sentido da organização e das formas de luta superiores, em ordem à criação e desenvolvimento da Organização Autónoma da Classe, à criação e desenvolvimento duma verdadeira consciência proletária, à transposição da luta reivindicativa para a luta política.

O Partido deve ser um instrumento que, por ser mais avançado do ponto de vista de consciência política, os seus militantes usarão no sentido de proporcionar à classe saltos qualitativos que se traduzirão no avanço da sua própria Organização Autónoma. Não há, pois, neste momento, contradição entre o fortalecimento do Partido e o desenvolvimento da Organização Autónoma. Bem pelo contrário, o desenvolvimento rápido desta está dependente dum forte Partido Revolucionário (não confundir com grande partido de massas) nos termos acima descritos.

Só um forte Partido Revolucionário será capaz de incentivar e de acelerar no seio da classe a criação e desenvolvimento rápido da Organização Autónoma do Proletariado, levando a que a luta antipatrono se transforme em luta antipatrono e, na fase mais avançada, que esta ultrapasse os limites do anarco-sindicalismo para se traduzir em projecto de Revolução Socialista.

BARREIROS

A campanha de despedimentos que tem vindo a efectuar-se diariamente e que lança no desemprego e na miséria milhares e milhares de trabalhadores, tende a agravar-se.

O patronato não quer perder nem um tostão dos aumentos que teve de conceder ultimamente e para isso lança mão de uma série de armas, que vão desde o aumento das vítimas de trabalho até aos despedimentos, passando pelo aumento do preço dos produtos.

BARREIROS

Na fábrica de montagem de automóveis Barreiros de Setúbal (CPMC), o patronato prepara-se para despedir 115 operários, a pretexto de não ter encomendas. Este pretexto é falso, porque se sabe que há falta de Volkswagens no mercado e que a Guérin não tem mais carros em stock.

Esta tentativa tem por finalidade montar o mesmo número de automóveis no mesmo espaço de tempo, mas com menor número de operários.

Ora o significado desta manobra do patronato é a fome para 115 operários e suas famílias, e a super-exploração dos outros, através do aumento das vítimas de trabalho.

É preciso lutar contra as leis e os decretos que ainda continuam em vigor e que permitem os despedimentos em massa.

Paralelamente a essa luta, é necessário que se avance com firmeza no saneamento das empresas.

Nesta empresa ainda há fascistas que fazem provocações a torto e a direito:

O Conchinhas, que segundo os trabalhadores é um ex-agente da Pide. O Eng. Ferrão Leal, conhecido reaccionário que já tem ofendido e ameaçado por várias vezes os trabalhadores.

Esta situação e situações semelhantes que se verificam em quase todas as empresas de Norte a Sul do País não se podem continuar a verificar.

E não há ninguém que as altere a não ser os próprios operários.

É pois necessário que os operários se organizem em cada fábrica para dizer não aos despedimentos, para dizerem não aos aumentos das cadências.

E que a nível nacional criem uma forte organização autónoma que lhes permita derrubar o poder da burguesia e passar à nacionalização e socialização das empresas, única forma de acabar de vez com a exploração capitalista-que põe na opulência os capitalistas e amarra nas redes da subalternização e da fome os operários e as suas famílias.

O QUE É QUE O CDS PROCURA ESCONDER

O texto que reproduzimos abaixo, fotografado como estava impresso na folha do respectivo jornal, "Democracia 74", semanário do Partido CDS, foi retirado à pressa e substituído por outro. Esta edição do número 0 do

jornal do CDS foi assim retirada quando já se encontrava nas bancas, pronta para ser vendida. Que diz ela que o CDS queira esconder? Fica aos nossos leitores o cuidado de perceberem.

DAR CONFIANÇA AO ESTRANGEIRO PARA INVESTIR EM PORTUGAL

-Tarefa do CDS posta em relevo na Imprensa holandesa

O jornal "Handelsblad", da capital holandesa, publica um extenso artigo, baseado em declarações proferidas pelo prof. Freitas do Amaral e pelo eng. Amaro da Costa, aquando da sua recente visita à Holanda.

Os principais assuntos versados situam-se em opiniões sobre quem realmente possui a força em Portugal, sobre os princípios, existência e finalidade do CDS e sobre a actual atmosfera política dominante no nosso país.

Pelo interesse de que o artigo se reveste, reproduzimos algumas das passagens mais importantes:

"Portugal não é, como muitos fazem crer, controlado pelos comunistas. Eles são de facto muito fortes, porque têm grande interferência nos meios de comunicação, nos sindicatos e nas universidades.

Podem mesmo controlar o trânsito nas estradas, quando julgam ser necessário. Mas a verdadeira força em Portugal está nas mãos do Movimento das Forças Armadas e de mais ninguém.

Esta é a livre interpretação do pensamento do político centrista moderado, prof. Freitas do Amaral, que chegou a Holanda para uma visita relâmpago, a fim de se encontrar com alguns líderes dos partidos centristas, como o ministro Van der Stee, os secretários de Estado Van Rooijen e Brinkhorst, o líder parlamentar do Partido Popular Católico Andriessen, e o presidente do parlamento europeu Berkhouwer.

O prof. Freitas do Amaral, de 33 anos, é um político moderado. Foi o antigo presidente Spínola quem o nomeou membro do Conselho de Estado, depois do golpe de 25 de Abril.

O Conselho de Estado tem uma função fiscalizadora e consultiva e é composto por vinte homens e uma mulher. Neste Conselho, o prof. Freitas do Amaral é um dos sete civis.

Que tivesse sobrevivido aos últimos acontecimentos de fins de Setembro é a prova de que o MFA confia nele. Aliás a confiança é mútua, porque o prof. Freitas do Amaral está absolutamente convencido das sinceras intenções dos jovens oficiais.

A FUNÇÃO DE UM NOVO PARTIDO

Tendo em vista as próximas eleições, ele e mais 27 pessoas fundaram um novo partido - o CDS. A sua viagem de boa vontade teve como objectivo apresentar o

Mas também o CIP (Confederação da Indústria Portuguesa) "dá confiança aos estrangeiros para investir em Portugal". Por isso disse no dia 4 de Dezembro um seu representante em Londres, perante setenta homens de negócios britânicos, perante o embaixador de Portugal e perante... Costa André, o saudoso Costa André, Secretário da Instrução do regime de Caetano (os que têm boa memória que se lembrem das suas alocações na Televisão):

"Se tivessem lido as conclusões do Congresso do Partido

Na variedade colorida dos novos partidos, o CDS é, como o prof. Freitas do Amaral afirma, um partido do centro(...). Mesmo aprovando o princípio da intervenção do governo na vida social e económica, afirma que a economia de mercado deve estar na base do sistema económico português.

Dar novamente confiança ao estrangeiro para investir em Portugal, será tarefa importante do partido (...). Em sua opinião, o comunismo poderá colocar Portugal numa situação económica muito perigosa, se a crise económica continuar, com uma alta taxa de desemprego e uma inflação de quarenta por cento.

Mas respeita a resistência do comunismo português a ditadura anterior.

MAIS ESTABILIDADE COM COSTA GOMES

Como o prof. Freitas do Amaral afirma, a atmosfera política estabilizou-se, depois de Spínola dar lugar a Costa Gomes, uma personalidade de maior diplomacia.

Um exemplo típico da posição dominante do MFA na política portuguesa, foi o facto do Conselho de Estado ter sido apanhado de surpresa com a declaração de demissão de Spínola, ao contrário do que pensou a maioria dos portugueses que ouviram a sua declaração de despedida na televisão.

De facto, o Conselho de Estado não estava informado. Também o Conselho de Estado nada teve a ver com a demissão do Primeiro Ministro Palma Carlos, em Julho, por pretender reforçar a posição de Spínola e minar a posição do MFA.

(...) O MFA é um movimento das esquerdas, mas não comunista, com excepção de um ou dois membros. Provavelmente o MFA retirar-se-á, após concluído o processo de democratização, ou seja, após as eleições, a menos que os partidos da esquerda insistam em empurrar o MFA numa posição de defensor da Constituição.

Há indicações de que isto venha a acontecer, mas o prof. Freitas do Amaral não se pronuncia sobre este assunto".

Comunistas saberiam que não existe qualquer perigo comunista nos tempos mais próximos".

"Procura-se encarecer numa maneira de pensar europeia ou ocidental. Quere-se uma forte economia de mercado que vá ao encontro das necessidades portuguesas. E as afirmações referentes a um comunismo dominante não tomam em conta os planos de Kissinger e de Brejnev quanto ao equilíbrio internacional, que de forma alguma permitem um regime comunista na Europa Ocidental".



ANGOLA

Desde o 25 de Abril têm sido frequentes as notícias que nos chegam de Angola sobre graves acontecimentos aí verificados que, provocando já dezenas de mortos e feridos mostram bem a intensidade dos interesses em causa, deteriorando a situação política e entrando sistematicamente o processo de descolonização que urge definir de uma forma clara. Os últimos incidentes localizados no muçequê do Rangel e a investigação que se lhes seguiram, lançam novos dados no esclarecimento da situação e dos obscuros interesses que aí se jogam.

UMA DESCOLONIZAÇÃO QUE COMEÇOU MAL

Angola é das colónias portuguesas aquela que atingiu um nível de "desenvolvimento económico" mais elevado, onde os maiores potentados económicos mundiais possuem imensos interesses, resultado de uma política de investimentos, seguida pelo colonialismo, que abriu aquele território a uma bárbara exploração em regime monopolista pelo capital estrangeiro (De Beers, Krupp, Gulf Oil, Morgan, Standard Oil, etc) que desbaratou as suas riquezas naturais à custa duma exploração desenfreada da mão-de-obra negra. É evidente que a partir do momento em que estes interesses económicos se vêm na perspectiva de ficarem à mercê de uma política que sirva fundamentalmente o povo angolano, sob a gestão de um governo, baseado em elementos que lutaram pela libertação nacional numa perspectiva anti-colonialista e anti-imperialista, aí, essas forças económicas jogam tudo a vários níveis e de diversas formas para manterem a situação de privilégio em que até agora se têm encontrado.

Mas demos uma olhadela ao passado curto desta descolonização tão dolorosa em que o futuro político do povo angolano se tem visto várias vezes terrivelmente comprometido.

Após a queda do fascismo, os elementos que chamaram a si a responsabilidade da descolonização, esqueceram ou não quiseram levar em conta as lições da história da descolonização de outros países, especialmente em África, em que o imperialismo e o colonialismo conseguiram manter posições vantajosas à custa do sangue de muitos patriotas, vertido em lutas fratricidas, das quais saíram beneficiadas essas forças extra-nacionais, à custa da manutenção de uma nova forma de dependência económica e política — o neo-colonialismo. Silvino Silvério Marques (General), nomeado governador geral de

Angola após o 25 de Abril foi o executor directo dessa política de "esquecimento das lições da história": o jogo democrático o foi transplantado para Angola (e para Moçambique até à intonação de L. Marques) e os novos "partidos democráticos" floresceram em grande quantidade, integrando até elementos que tinham nalguns casos, colaborado com a Pide, tudo isto surgindo com o aparecimento de organizações clandestinas armadas, que muito nos fez lembrar o OAS de extrema-direita, na Argélia. Curiosamente alguns desses grupos políticos (PCDA por exemplo) foram convidados por Spínola, nas vésperas do 28 de Setembro, para discutirem e definirem a sua participação no processo de descolonização. Mais tarde, mais precisamente no mês passado, Rosa Coutinho fez revelações à imprensa angolana sobre a descoberta de um complot preparado por elementos civis e militares conjugados e sob a cobertura do PCDA, o que levou à prisão de alguns dos elementos aí implicados. O presidente da Junta Governativa deu conhecimento também nessa altura, duma outra intonação a levar a efeito com a colaboração de outras forças políticas mas a serem reveladas num momento oportuno. Como curiosidade significativa, registre-se que nessas declarações, foi referido o facto do PCDA nas fichas dos seus aderentes pedir elementos sobre a sua actuação no serviço militar, incluindo o Posto e a Arma.

Mas as manobras reacçãoárias não ficam por aqui, pois os múltiplos e sangrentos incidentes nas zonas suburbanas iniciados no período do governo de Silvério Marques são, ou instigados ou com a participação directa de elementos especialmente interessados em manter a situação muito instável enquanto se vão avançando outro tipo de manobras traiçoeiras. Armas do 28 de Setembro, a situação interna, em Portugal permitiu uma maior clarificação, já iniciada anteriormente com a nomeação de Rosa Coutinho para presidente da Junta Governativa, o que dá início a uma nova fase do processo em que alguns interesses locais e as suas tentativas de sabotagem foram denunciadas e desmontadas pela lucidez do novo mentor da descolonização angolana. Para terminar a rápida visão sobre este período não podemos deixar de reproduzir um pequeno extrato de uma entrevista concedida por S. S. Marques ao reacçãoário "Tempo Novo" (partido Liberal) que define bem o que este sr. oficial pensava sobre o assunto: "... É hoje evidente que houve quem supusesse a Guiné inglesa e a Moçambique e a Angola e o PAIGC igual à Frelimo e

MPLA. Que profundo erro! Esse erro está na origem de se haver ressuscitado em Angola um movimento derrotado militarmente e moribundo politicamente (O MPLA, FRACÇÃO Presidencialista)... Sem comentários.

A REACÇÃO NÃO DESARMA O IMPERIALISMO USA OUTRAS ARMAS

Pode-se portanto considerar que após o 28 de Setembro se inicia um novo período dando-se então novos passos no processo: desmontam-se intonações concebidas para a tomada do poder "à Rodésiana", os Movimentos de Libertação fomentam o esclarecimento sobre a sua orientação política e vão estabelecendo-se delegações dos três Movimentos em Luanda e nas principais cidades. É exactamente com a chegada da delegação do MPLA a Luanda que esta cidade se vai ver novamente lançada numa onda de violência, e sobre a qual se deve referir as revelações de Lúcio Lara, responsável do MPLA em Luanda feitas recentemente numa

var-se o que leva a uma intervenção directa das forças armadas e de grupos militarizados do MPLA que vêm a descobrir que os provocadores armados são delinquentes comuns, libertos no momento da chegada daquele Movimento a Luanda, e que vão provocando desacatos e enormes estragos assim como vítimas, mas sempre gritando vivas ao MPLA ou ostentando o seu distintivo ou a sua bandeira... A quem interessa este tipo de provocações? A quem interessa esta instabilidade social e política?

Ainda a par destes acontecimentos, os camionistas desencadeiam uma greve alegando a insegurança vivida diariamente nas estradas, à mercê de bandos de salteadores. Ora muito curiosamente, esta greve que tinha como uma das reivindicações a demissão imediata de Rosa Coutinho e que provocou o corte nos abastecimentos de toda a espécie foi apoiada pela FUA do Sr. Falcão (com grandes relações com Associações Económicas que também se têm "mexido muito") sob pretexto de que essa acção criminosa "não tinha fins grevistas ou políticos"...

Mobutu. Mobutu permitiu a instalação da FLEC no Zaire sabendo que a FLEC, não representa, de modo algum, o povo angolano". E para a independência daquele enclave, muito rico em fostas e petróleo, devemos acrescentar que possui uma facção dissidente dirigida por Augusto Tchionfou que é nada mais nada menos — que director — adjunto da ELF-Congo, companhia petrolífera de Capital francês, com sede em Brazzaville, que se diz favorável à ligação com a pretensa tendência do MPLA de Daniel Chipenda, que foi considerada por declarações recentes de Agostinho Neto excluída do Movimento por se encontrar numa franca colaboração com a FNLA de Holden Roberto, que por sua vez não só é cunhado de Mobutu como um seu grande amigo, quem muito deve política e militarmente.

É de notar que todas estas ligações vêm sempre dar ao Presidente do Zaire, Mobutu, que agora se diz muito amigo de Portugal e principalmente de Mário Soares, o qual chegou recentemente desse país "comovidíssimo" por ter visto a bandeira portuguesa e por ter sido muito ovacionado no estádio



Essas forças económicas jogam, tudo a vários níveis e de diversas formas para manterem a situação de privilégio em que até agora se têm encontrado.

conferência de Imprensa: a chegada daquela delegação, que provocou uma apoteótica recepção por cerca de cem mil pessoas, foi um detonador para uma série de graves incidentes ocorridos nos muçeques em que intervieram grupos armados, fazendo dezenas de vítimas e levando curiosamente a FNLA a publicar um comunicado que em vez de esclarecer e serenar os ânimos alarmou ainda mais a cidade com a possibilidade de deflagração "duma guerra civil", pedindo a colaboração da população "na formação de uma sociedade que, orientada pela FNLA, deverá projectar-se no futuro", acentuando que "no seu seio não existem contradições", ao contrário do MPLA, em cujo seio elas existem e de forma a pôr em perigo a descolonização em curso". A situação dos muçeques vai agra-

var-se o que leva a uma intervenção directa das forças armadas e de grupos militarizados do MPLA que vêm a descobrir que os provocadores armados são delinquentes comuns, libertos no momento da chegada daquele Movimento a Luanda, e que vão provocando desacatos e enormes estragos assim como vítimas, mas sempre gritando vivas ao MPLA ou ostentando o seu distintivo ou a sua bandeira... A quem interessa este tipo de provocações? A quem interessa esta instabilidade social e política?

onde assistiu à Festa Nacional daquele país. É claro que o Sr. ministro dos Negócios Estrangeiros também teve contactos com os amigos do sr. Mobutu: a FNLA, UNITA e como não podia deixar de ser com o Daniel Chipenda (do MPLA? ou da FNLA?).

PARA 1975, QUE DESCOLONIZAÇÃO?

É neste contexto de violência e manobras ao serviço de interesses suspeitos, marcado por coincidências, pretendendo dar uma imagem deformada do Movimento Popular de Libertação de Angola presidido por Agostinho Neto, (cujo assassinato tem sido várias vezes tentado) que o processo de descolonização daquele futuro país se tem vindo a desenvolver. Nós ainda não esquecemos a visita de

Que Descolonização?

uma delegação americana, que tendo vindo a Lisboa fazer um inquérito à situação política, se mostrou muito mais interessada na conjuntura política de Angola que pela própria situação em Portugal. Não ignoramos também que a agudização da situação em Angola provocará obrigatoriamente as suas consequências políticas em Portugal, por mais que o novo embaixador dos EUA nos diga que a CIA não intervém na situação portuguesa. Resta-nos perguntar: e em Angola, não tem estado a intervir, ou não intervirá?

Foi criado o cargo de Comissário para Angola e vão-se multiplicar os esforços para a constituição de um governo de coligação, só com os três Movimentos de Libertação.

Ainda que seja de louvar a eliminação, já há muito exigida, dos partidos fantoches ditos "forças políticas internas" na intervenção no Governo daquele território, ficamos à espera, embora vigilantes, duma unidade de três forças tão diferentes, na sua prática, no passado e em programas tão diversos, ainda que se digam todos "forças de libertação". Para fundamentar esta relativa desconfiança vamos inserir um texto do MPLA, única força que no passado provou ser consequentemente anti-colonialista e anti-imperialista, que embora seja um documento antigo é muito actual para a compreensão da história duma unidade extremamente difícil de se conseguir.

3. Em Maio de 1960, o M.P.L.A. lança um apelo à unidade de todas as forças patrióticas angolanas.

4. Em 31 de Outubro de 1960 cria-se uma "Frente Comum de Partidos Políticos de Angola" (F.C.P.P.A.), agrupando o M.P.L.A. a UPA e a Aliança (PDA). A sua existência efémera, graças à oposição sistemática do Sr. Holden, foi marcada pelo envio de duas cartas à ONU em 31/10/60, e em Dezembro de 1960 denunciando os crimes dos colonialistas portugueses.

5. Em Novembro de 1960 o M.P.L.A. lança o seu segundo apelo à unidade dos patriotas angolanos para a criação urgente de uma Frente.

6. Em 18 de Abril de 1961, a UPA recusa participar na Conferência constitutiva da "Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas" (CONCP), que compreendia os partidos de Goa, Guiné-Bissau e Cabo-Verde Angola, Moçambique e S. Tomé.

7. Em Abril de 1961, dois dirigentes da UPA e da Aliança (PDA) discutem com dois dirigentes do M.P.L.A. um projecto de Frente de Libertação Angolana. Depois de estabelecido o acordo, este deveria ser ratificado pelos presidentes da UPA e do M.P.L.A. na Conferência dos Chefes do Estado em Monróvia.

8. Em Maio de 1961 os presidentes da UPA e do M.P.L.A. encontram-se em Monróvia. Face às propostas concretas do M.P.L.A. sobre uma Frente de Libertação de Angola (FLA) foi estabelecido um princípio de colaboração estreita. O Sr. Holden não lhe deu cumprimento apesar da atitude positiva da sua direcção.

abandonar esta Reunião e que desintegrou a organização.

11. Em Janeiro de 1962 em Nova York, onde se encontravam as delegações do M.P.L.A. e da UPA às Nações Unidas, conduzidas pelos seus presidentes, o grupo africano proporciona um encontro para procurar um acordo entre as duas organizações. Recusando reconhecer a existência do M.P.L.A. o Sr. Holden abandona a reunião intempestivamente.

12. Em 27 de Março de 1962, a UPA e o PDA associam-se num consórcio chamado F.N.L.A.

13. Em 5 de Abril de 1962, os dirigentes desta "Frente" proclamam a constituição de um "Governo Angolano" no exílio.

14. Em 3 de Maio de 1962 o Governo Congolês, por intermédio do Sr. Kamitatu, proporciona uma reunião de todas as organizações políticas angolanas, em Leopoldville, para procurar as bases da unidade. A UPA e o seu presidente sabotam a Conferência.

15. Em 10 de Maio de 1962, o M.P.L.A. lança um novo projecto para a constituição da Frente Unida Nacional Angolana (FUNA). O consórcio FNLA recusa a sua discussão.

16. Em 6 de Junho de 1962, no decorrer de um encontro de "Combatentes da Liberdade", em Accra, o M.P.L.A., a UPA e o PDA, assinam juntamente com o presidente N. KRUMAH uma plataforma para a formação de uma "aliança militar e criação de um comando unificado, que o antigo presidente do Gana propunha como seu "ponto de vista" para a efectivação da união das forças combatentes angolanas.

7. Em 5 de Agosto de 1962, as delegações do M.P.L.A. e da FNLA reúnem-se para discutir a união com base no "ponto de vista" de Accra. A FNLA rompeu as negociações unilateralmente baseada nas acusações de luta fratricida que, apoiado em provas, o M.P.L.A. tinha dirigido ao FNLA.

18. Em 25 de Janeiro de 1963 o Comité Director do M.P.L.A. dirige uma carta à FNLA propondo-lhe um reencontro amigável em presença dos delegados do Congo-Leo, de Marrocos e da Argélia para procurar uma plataforma de entendimento. A FNLA responde em

29/1/63 recusando o encontro por dificuldades de calendário...

19. Em Abril de 1963, os homens do Sr. Holden atacam novamente uma coluna de guerrilheiros do M.P.L.A.

20. Em 29 de Junho de 1963, o Governo Congolês do Sr. Adoula reconhece o pseudó "governo angolano no exílio".

21. No dia 1 de Julho de 1963, convocação em Brazzaville de todos os partidos políticos angolanos aos quais o antigo presidente da República faz um apelo à unidade. O Sr. Holden recusa.

22. Em 15 de Julho de 1963, a Comissão dos Bons Ofícios da OUA vinda a Leopoldville para conciliar o M.P.L.A. e a FNLA, sob pressão do Sr. Adoula e contentando-se com uma análise superficial do problema, recomenda aos Chefes de Estado Africanos o reconhecimento do pseudó "governo angolano no exílio".

23. Em 8 de Março de 1964, carta do presidente do M.P.L.A. ao vice-presidente da FNLA contendo propostas para a procura da unidade.

24. Em Julho de 1964, a Conferência dos Chefes de Estado da OUA, melhor informada sobre o problema angolano, decide a criação de uma Comissão Tripartida.

25. De Setembro de 1964 a Outubro de 1966 o M.P.L.A. responde às 5 convocações da Comissão Tripartida, às quais o Sr. Holden recusou sempre apresentar-se sob diversos pretextos.

26. Em 13 de Outubro de 1966, no Cairo, as duas delegações pleni-potenciárias do M.P.L.A. e da F.N.L.A. assinam uma plataforma de acordo, sob a égide da comissão tripartida da OUA.

27. Em 14 de Outubro, em Kinshasa, o Sr. Holden denuncia esta plataforma, protestando que a sua delegação não estava mandatada para assinar o que quer que fosse.

28. A partir do mês de Outubro de 1966, os raptos os sequestros e os assassinatos dos militantes do M.P.L.A. pelos homens do Sr. Holden começam com uma intensidade crescente, sem que as autoridades do Congo-Kinshasa intervenham...

A PROPÓSITO DE UNIDADE

"Art. n.º 1 do Programa Mínimo do MPLA. O MPLA luta pela realização do seguinte programa mínimo:

a) Criação urgente de uma Frente Angolana de Libertação que agrupe uma ampla união todos os partidos políticos, todas as organizações populares, todas as forças armadas, todas as personalidades eminentes do país, todas as organizações religiosas ou étnicas de Angola, todas as camadas sociais africanas, todos os Angolanos residentes no estrangeiro, sem distinção de tendências políticas, de condições de fortuna de sexo de idade..."

É a propósito de Unidade que o MPLA publica um documento que refere todas as tentativas de unidade na acção, feitas por aquela organização desde a sua formação em 1956, que são expressas no seu primeiro manifesto publicado nesse mesmo ano.

Este documento refere-se só a tentativas de unidade feitas até Outubro de 1966.

Convém focar ainda a tentativa de unidade feita em 1972, aliás por proposta da OUA depois de pressões feitas nesse sentido pelo Zaire e pela Zâmbia, que depois se verificou ser uma manobra tendente não só a reabilitar a FNLA perante o mundo, mas também e sobretudo a colocar o seu chefe Holden Roberto à cabeça dos movimentos de Libertação de Angola.

O facto de nessa altura Agostinho Neto não ter sido convidado para a Conferência dos não-alinhados e a tentativa de assassinato de que foi vítima vem confirmar, de certo modo, essa hipótese.

Refere ainda este documento que "Os exemplos significativos apontados aqui, mostram de uma maneira muito clara quem não fez

senão sabotar a constituição de uma verdadeira frente para a libertação de Angola."

1. Em Janeiro de 1960, em Túnis, os delegados do M.P.L.A. e da UPA do Sr. Holden à Conferência Pan-Africana,



assinam um compromisso em prol da unidade do movimento angolano de libertação.

2. Em Fevereiro de 1960, em Conacr, o Sr. Holden encontra-se com os dirigentes do M.P.L.A. e promete voltar a encontrar-se com eles em Abril, depois de ter consultado "a sua direcção" em Leopoldville. Em Abril furta-se ao encontro.

9. Em 23 de Junho de 1961 uma nova diligência do M.P.L.A. não encontrou eco.

10. Em 5 de Dezembro de 1961 e com o pleno apoio do M.P.L.A., os jovens do M.P.L.A., da Aliança e da UPA, formam uma organização comum da juventude, a "Reunião Democrática da Juventude Angolana" (RDJA). Os jovens da UPA foram obrigados, pela sua direcção a

DOSSIER BRIGADAS REVOLUCIONARIAS



DISTRIBUIDORA ASSÍRIO E ALVIM

ENTREVISTA COM ELEMENTOS DA COMISSÃO DE TRABALHADORES DA PAPELARIA FERNANDES

"Revolução" — Como é que aparece a Comissão de Trabalhadores?

C. T. — Fez-se uma circular para que pudéssemos arranjar uma comissão representativa dos trabalhadores, um porta-voz dos trabalhadores na defesa do caderno reivindicativo perante a administração. Saiu-se com essa circular que foi distribuída por todas as secções da Papelaria Fernandes — que são bastantes: Alfragide, Calçada Victor Cabral, Rato, Silva Carvalho, Rua do Ouro e uma filial do Porto. Essa circular saiu e referia-se às relações humanas que o pessoal tinha com os chefes até àquela data, os problemas com que os trabalhadores se debatiam na secção. Escolheriam primeiro um delegado em cada secção e depois apresentavam os problemas que os preocupavam a esse delegado. Depois esses delegados reuniam-se para eleger uma comissão de trabalhadores. Foi o que se fez.

Houve uma tentativa de a boicotar como já se tinham feito outras, mas conseguiu-se antecipar a reunião um dia.

No dia 16 de Maio foi distribuída essa circular para serem feitas reuniões nas secções no dia 17, para no dia 18 de Maio ser feita a reunião de delegados.

Como houve uma tentativa de boicote...

— Houve mesmo uma secção na rua do Ouro onde o chefe tentou impedir que a circular fosse distribuída.

— Antecipou-se. A reunião fez-se nas secções no dia 16 de Maio, à última da hora e no dia 17 de Maio fez-se a reunião de delegados. Foi escolhida uma comissão constituída por 14 elementos que depois foram aprovados por todos os trabalhadores em plenário. Começaram logo a trabalhar, com base numa série de pontos que viriam a integrar o caderno reivindicativo. Claro que não se tratava só de reivindicações salariais. Havia problemas como saneamentos, reestruturação da casa, etc., etc.

Subdividimos o caderno em pontos e os que foram para a frente foram aqueles que tinham mais urgência.

Na primeira reunião com a administração fomos atendidos de uma forma bastante diplomática e ficámos convencidos de que o Sr. Dr. Alberto Lourenço estaria ali para nos ajudar e colaborar conosco. Disse-nos depois de conversarmos, que depois nos daria uma resposta. A resposta foi dada e foram aceites 7 pontos. Ficaram portanto 3 pontos por aceitar: aumento de vencimentos, o subsídio de alimentação e as 40 horas de trabalho semanais.

Foram esses três pontos que iriam ser discutidos no ministério do trabalho.

— Tivemos duas reuniões no Ministério do Trabalho...

— Exactamente. Na primeira aceitámos nos 7 pontos. Dois deles foram aceites na reunião com a administração e os outros 5 no Ministério do Trabalho.

Quanto aos três pontos, depois de uma contra-proposta da administração, esta só aceitou o aumento de ordenados (quatrocentos escudos), o problema do refeitório ficou para estudo e quanto ao horário de trabalho, acabaram os trabalhadores da Papelaria Fernandes por ficar com 44 horas semanais, sem prejuízo para os que trabalhavam menos.

— Ao princípio estava no Caderno Reivindicativo 40 horas semanais. Mas depois acabámos por ceder. Há uma segunda parte do caderno reivindicativo será negociado o mais rapidamente possível com a administração, que trata da abolição das gratificações, do 14.º mês e a revisão dos vencimentos.

— O que ficou pendente foram os vencimentos, que não sã satisfazem. Houve somente um princípio de fecho do leque salarial mas que não nos satisfaz de maneira nenhuma.

— Os fulanos da terra dos patrões tinham por parte dos chefes uma protecção escandalosa. Há alguns que mal sabem ler e que ganham mais do que um chefe de secção.

— Há ainda o problema do refeitório. Sendo a Papelaria Fernandes uma empresa com cerca de 1300 trabalhadores, devia ter um refeitório. E não só não tem refeitório como também não tem uma casa com o pessoal, mesmo que traga o comer de casa, o possa aquecer ali e comer descansado. Há só uns dez fogões para 200 ou 300 pessoas. E como a maioria esmagadora não tem ordenados para gastar quarenta ou cinquenta escudos numa taxa todos os dias, o que acontece é que têm que comer umas sandes, o que não é alimento para nove horas de trabalho.

"Revolução" — A Comissão de Trabalhadores tem alguma representatividade especial, no que diz respeito às tarefas?

C. T. — Esses 14 elementos estão divididos por todos os sectores da casa.

— Há um pormenor que gostaria de referir: houve um desses elementos que desistiu de trabalhar na comissão, creio que por uma total inadaptação ao sistema democrático da comissão. Um outro teve de abandonar por causa de uma actuação menos própria numa dessas reuniões com a administração e depois em assembleia de trabalhadores foi obrigado a sair.

"Revolução" — Poderiam clarificar um pouco mais a actuação desse elemento?

C. T. — Tínhamos decidido numa reunião de delegados, apresentar uma contra-proposta à

administração. Essa decisão não foi tomada por unanimidade, pois houve uma minoria que se opôs a ela, mas teve que se sujeitar à maioria. Pois esse elemento não teve a ombridade de apresentar as suas objecções nessa reunião. Foi somente quando reunimos com a administração que ele resolveu levantar o problema, dizendo que não estava de acordo com ela. Além disto, esse elemento é suspeito, pois tem 3 anos de casa, é 3.º caixeiro e ganha 7 contos, o que é muito em relação a outros, 1.º caixeiros, que estão lá há mais de trinta anos. É um dos protegidos...

"Revolução" — Há dois aspectos de que temos conhecimento mas de que gostaríamos de ter mais informações. Um é o que diz respeito aos saneamentos e o outro é o processo que foi desencadeado contra um elemento da Comissão de Trabalhadores, através de calúnias, etc.

C. T. — Estava dentro dos nossos propósitos desenvolver um processo de saneamentos dentro da empresa. Decidimos em reuniões ouvir os trabalhadores sobre este aspecto. Como os trabalhadores se mostraram de acordo, deliberámos levar para a frente o processo de saneamentos pelos diversos núcleos da Papelaria Fernandes.

"Revolução" — Quais foram as pessoas indicadas para serem saneadas?

C. T. — Foram chefes de secção, responsáveis pelo serviço.

"Revolução" — Mas haveria motivos para isso, não?

C. T. — Claro. Os trabalhadores indicaríamos os motivos que justificassem o saneamento dessas pessoas.

"Revolução" — Podes exemplificar algumas razões?

C. T. — Nós decidimos que as razões que os trabalhadores invocassem fossem secretas. Comprometemo-nos perante os trabalhadores a não divulgar essas razões.

Mas o processo de saneamento, fálhou.

Porque os trabalhadores, apesar de terem manifestado noutras alturas vontade de fazer saneamentos, quando chegou a altura do voto passou-se o contrário.

A mim, pessoalmente, desistiu-me. Considero que foi uma derrota.

"Revolução" — A que é que pensas que se deve essa derrota?

C. T. — Na minha opinião deve-se ao facto da maioria dos trabalhadores ainda estar debaixo da opressão que havia na empresa. Até constava que na Papelaria Fernandes havia um regime militar na condução do pessoal. Os trabalhadores estavam de tal maneira subjugados por esses processos que ainda hoje têm no seu espírito essas formas de actuação.

Pois não me parece que seja em

6 meses que essas pessoas passem a mostrar um espírito revolucionário, vamos lá, adequado aos tempos que estamos a viver.

— Eu acho que uma das razões que levou a que o processo falhasse, foi o facto de se ter compartimentado o saneamento, secção por secção, em vez de ter sido feito por todos os trabalhadores em conjunto.

— O saneamento tem que ser posto a todos os trabalhadores e não secção por secção.

Por exemplo, o comportamento do José Rodrigues, não é só uma ofensa aos trabalhadores da secção dele. É uma ofensa a todos os trabalhadores da casa.

Todos eles têm direito a pronunciar-se sobre indivíduo como esse.

"Revolução" — Portanto houve uma derrota, como vocês reconhecem.

Gostava de saber quais as consequências disso? Virá este facto fortalecer as posições dos elementos mais reacçãoários, que teriam de ser saneados?

C. T. — Não. Parece-me que isso veio fortalecer a posição da Comissão de Trabalhadores.

Não me admira nada que o saneamento se faça daqui para a frente.

— Eu queria dizer que o saneamento não parou. Foi só efectuado em dois núcleos da Papelaria Fernandes, mas nos outros está a seguir.

"Revolução" — Paralelamente a isso houve uma tentativa por parte da Comissão de Trabalhadores de investigar sobre indivíduos ligados ao anterior regime, sobretudo à pida. Como é que as coisas decorreram e a que conclusões chegaram?

C. T. — Esse problema é bastante importante. Como trabalhador desta empresa, onde há 300 empregados, não posso acreditar que não haja sequer um informador.

Sabemos de casos concretos. Havia aqui indivíduos que até diziam que eram chefes de brigada da L. P.

Porque é muito importante dismantelar essa organização, essa engrenagem que há lá dentro.

O administrador diz que não há. Mas que há, há! E basta apanhar um para desmascarar os outros.

"Revolução" — Logo a seguir à vossa ida ao Ministério do Trabalho, houve uma campanha caluniosa tentando levar ao descrédito a comissão de trabalhadores.

C. T. — Há um erro aí. Houve uma primeira Comissão em que estavam integrados 2 elementos que sistematicamente não participavam no trabalho da Comissão.

Acontece que um deles pede a

demissão e passados uns dias apareceu uma campanha contra um elemento da Comissão de Trabalhadores exactamente no sector onde trabalhava esse indivíduo que tinha pedido a demissão.

Perante isto esse elemento visado da C.T. pediu a demissão perante a Comissão e depois o resto da Comissão solidariza-se com ele e pede também a demissão.

Fez-se a reunião de delegados e foi pedido a esse elemento que ficasse. Aí ele disse que só trabalhava mas sem aqueles 2 elementos. Fez-se uma votação e esses 2 elementos acabaram por ser expulsos, ficando todos os outros. Numa assembleia de trabalhadores, esta nova comissão foi aprovada por maioria.

Mas entretanto com os indivíduos dos escritórios que haviam pedido também a demissão, houve um caso curioso: três deles receberam cartas anónimas que caluniavam esse elemento da C.T. e em que lhes era indicada a maneira de agir contra ele. Mais se lhes dizia que, se não quizessem aderir que destruíssem a carta e o papelinho.

Mas no dia 11 de Novembro, quando já estava marcada a reunião para aprovação da nova comissão, aparece às 7 da manhã dentro da empresa, circulares que caluniavam e procuravam lançar a confusão.

Pusémos o caso na P.J., como já disse, fomos ao COPCON, entregámos comunicados nas rádios e nos jornais diários, mas ninguém aqui veio para saber o que se passava.

No Plenário os trabalhadores mostraram o seu apoio à Comissão de Trabalhadores e à pessoa visada, e foi eleita por 800 pessoas, só com um voto contra.

"Revolução" — Existem neste momento em Portugal, duas linhas de orientação sindical: sindicatos de empresas e sindicatos por profissões. Qual é aquela que vos parece mais justa e que, portanto, defendem?

C. T. — Há uma coisa que é bastante grave na Papelaria Fernandes: é que há 15 sindicatos e 18 contratos colectivos de trabalho. Tudo isto são factores que afectam bastante a união dos trabalhadores.

Parece-me a mim que devia haver um sindicato de empresa. Isto seria bastante importante para os trabalhadores em geral, pois permitiria uma maior unidade entre os trabalhadores.

"Revolução" — Têm tido contactos com as outras comissões de trabalhadores?

C. T. — A comissão decidiu agora entrar em contacto com outras comissões de trabalhadores, no sentido de adquirir mais experiência. Parece-me que não se deve tardar tanto tempo para tomar esta decisão, porque a nossa luta não deve estar desligada da luta de todos os outros trabalhadores.

REPRESSÃO NO URUGUAI

ANTECEDENTES

Nos últimos dias do mês de Setembro de 1973, nove prisioneiros classificados pelos soldados uruguaios como as figuras mais importantes do Movimento de Libertação Nacional (Tupamaros) na prisão, foram tirados das suas celas no "Penal de Libertad" (Estabelecimento Militar de Reclusos N.1) e informados de que a partir desse momento estavam na qualidade de reféns e que "seriam executados como resposta a qualquer acção da organização a que pertencem".

Imediatamente foram distribuídos pelos quartéis do interior do país e mantidos separados entre si e incommunicáveis com familiares e advogados.

Entretanto foram duramente torturados física e psiquicamente. Não se lhes permitiu ler nem ter nenhuma outra actividade. As condições em que estavam eram deploráveis. Por exemplo, a Raul Sendic meteram-no num poço de água, vazio, dando-lhe os alimentos por intermédio de uma roldana. Não o tiravam para se lavar nem para fazer as suas necessidades fisiológicas elementares.

Nessa altura faz-se uma campanha internacional com o fim de deter as execuções. Entre as mobilizações realizadas destacamos uma conferência de imprensa na cidade de Buenos Aires em 13 de Novembro do ano passado e um telegrama da Amnistia Internacional ao presidente do Uruguai em 17 de Novembro do mesmo ano, fazendo-lhe notar as violações aos direitos internacionais em que estava incorrendo.

Desde esse momento até hoje, a situação praticamente não se alterou, salvo o facto de lhes ser permitida esporadicamente a visita de familiares e advogados. Mesmo isto realiza-se com muita dificuldade já que os detidos são transferidos continuamente de uma unidade militar para outra sem aviso prévio, o que faz com que as visitas sejam de difícil concretização.

Como ampliação dos antecedentes juntamos o documento que em Março deste ano se fez chegar ao Alto Comissariado das Nações Unidas, à Cruz Vermelha Internacional, ao Conselho Mundial das Igrejas e à Amnistia Internacional.

2-SITUAÇÃO ACTUAL

a) INTRODUÇÃO

As denúncias e mobilizações assinaladas no capítulo anterior, conseguiram nesse momento deter as execuções.

Mas hoje, passado quase um ano sobre esses acontecimentos s podemos assegurar que, se bem que as execuções puderam ser impedidas, precisamente como resultado da denúncia e agitação que a nível internacional se fez deste problema as condenações à morte mantêm-se.

Estas condenações à morte revestem hoje formas diferentes. Prossegue-se o aniquilamento por outros métodos, trata-se de provocar uma morte lenta.

É claro que a morte destes detidos continua planeada na men

dos militares. Surgiria como resultado do processo de deterioração física e das pressões psicológicas infligidas a estes prisioneiros, que há quase um ano estão submetidos a um regime tão brutal.

Os militares não planeiam agora fusilá-los, coisa que poria em evidência crimes demasiado claros. Têm possibilidade de atingir o mesmo objectivo, criando as condições necessárias: é isso que têm feito durante todo o ano.

É óbvio que a resistência do ser humano, quer física quer psíquica, é vulnerável. E está determinado por condições que hoje julgamos importante dar a conhecer:

b) CONDIÇÕES AMBIENTAIS

-Celas individuais, subterrâneas, semelhantes a tumbas.

-Dimensões: 2 metros de altura, 1,5 de largura e o comprimento de uma pessoa em posição horizontal.

propicias às infecções e por outro lado as psíquicas que tendem a transformar as suas características humanas. -**Transtornos vigília-sono** — isto é consequência da ausência de sol e de permanente iluminação artificial (mediante lâmpada eléctrica) que acarreta mais transtornos visuais.

c) — ALIMENTAÇÃO

-Deficitária em todos os seus aspectos. Não inclui nem carne nem frutas, nem verduras.

-Constituída por desperdícios e restos da cozinha do quartel.

-Quantidade insuficiente

-Os familiares têm autorização para levar-lhes bolachas, docas e queijo (que os presos não podem ter nas suas celas). Estes envios são administrados pelos encarregados da prisão e muitas vezes não são entregues ao des-

tunidades têm recreios. Estes têm sido de 15 minutos, com as mãos atadas e com guarda permanente apontando-lhes as armas.

f) — ASSISTENCIA MEDICA

-Vários dos nove reféns foram aprisionados feridos em 1972 e não chegaram a recuperar-se integralmente das intervenções a que foram submetidos: caso de Raul Sendic, Julio Marenales, Jorge Zabalza e Elenório Fernández.

-Por terem sido todos eles submetidos a brutais torturas, apresentaram vários problemas de saúde, assim como agravamento de doenças antigas. Exemplo: afeção renal de Mauricio Rosencoff.

-Pelo menos três deles (Sendic, Warsen e Rosencoff), tiveram de ser hospitalizados no Hospital

que se ensaiam a seguir ao fracasso da tortura física directa.

Pela conhecida trajectória revolucionária dos 9 reféns sem dúvida que a ideia da morte foi concebida por eles há muito tempo. Recordemos a sua resposta em Novembro de 1973, quando se lhes comunicou a sua situação:

-Poderão fusilar-nos, mas não lograrão deter a luta do povo. Queremos assinalar que os que estão submetidos a este tipo de regime — à falta de informações posteriores, já que houve alteração neste aspecto — são os detidos que assinalamos a seguir:

- RAUL SENDIC ANTONACCIO — JORGE MANERA LLUVERAS — JULIO MARENALES SAENZ — ADOLFO WASSER ALANIS — JORGE ZABALZA WACKSMAN — MAURICIO ROSENCOFF SILVERMAN — JOSE MUJICA CORDANO — ELEUTERIO FERNANDEZ HUIDOBRO — HENRY ENGLER GOLOVCHENKO. A lista de reféns é mais numerosa, mas a situação concreta em que se encontram estes nove é o que torna especialmente grave a sua situação.

4 — OBJECTIVOS DA CAMPANHA

1) Pelo exposto no presente MEMORANDO, fica claro que os reféns são submetidos a um tratamento discriminatório em relação ao resto dos detidos por razões semelhantes e a sua transferência para o cárcere tem que significar uma alteração importante no que diz respeito aos aspectos sanitários e ambientais, é necessário conseguir a REINTEGRAÇÃO DOS NOVE REFENS NA "PENAL DE LIBERTAD", EM CONDIÇÕES SEMELHANTES AO RESTO DOS RECLUSOS.

2) O estado de saúde dos reclusos está afectado notoriamente, por isso é imprescindível uma vigilância médica adequada e controlada. Isso há-de conseguir-se unicamente com o resguardo e a responsabilidade de algum organismo internacional de peso, que assegure o cumprimento deste objectivo. Entretanto, é necessário conseguir-se a ATENÇÃO MEDICA URGENTE DOS NOVE REFENS, CONTROLADA POR UM ORGANISMO INTERNACIONAL.

3) Pela gravidade dos factos denunciados e para realizar um trabalho constante de controle do cumprimento dos acordos internacionais, ao mesmo tempo que certifique de maneira rigorosa as denúncias fomentadas à volta da situação dos detidos, é necessário obter a DESIGNAÇÃO DE UMA MISSÃO PERMANENTE DA CRUZ VERMELHA INTERNACIONAL.



Poderão fusilar-nos, mas não lograrão deter a luta do povo.

-Não há janelas nem nenhum tipo especial de ventilação. % -A porta está sempre fechada.

-A humidade é constante.

-A luz chega através de uma lâmpada eléctrica que permanece acesa as 24 horas do dia.

-As celas não têm banho nem nenhum tipo de instalações sanitárias. Os presos vão à casa de banho três vezes por dia (senão são castigados e obrigados a fazer ali mesmo as suas necessidades) e a horas arbitrarias.

Toda esta situação traz como consequências:

-**Problemas de avitaminose gerais**, por falta de ar, luz e sol; perda de cabelo, dentes transtornos visuais e respiratórios. Estes últimos agravados pela humidade permanente que os predispõe a todo o tipo de afeções nas vias respiratórias.

-**Transtornos motores e circulatorios**, pela imobilidade permanente. As dimensões das celas estão pensadas para obrigar o detido a estar sentado ou de pé, sem possibilidade de caminhar ou de fazer outro tipo de exercício.

-**Transtornos no controle dos esfínteres** manifestam-se na generalidade dos reféns. A causa está nas retenções que são obrigadas a fazer dada a irregularidade e arbitrariedade da satisfação das suas necessidades de evacuação e micção.

-**Desfiguração da sua aparência** devida ao crescimento do cabelo unhas e barba. A isto junta-se a sujidade. Este quadro tem consequências de dois tipos: as estritamente físicas porque são

tinatório.

-Não se lhes dá aguardente para prepararem café, chá ou mate.

A consequência da péssima alimentação, mais as condições ambientais descritas, deram como resultado:

-Emagrecimento acentuado

-Desidratação

-Diarreias permanentes

-Sintomas de debilidade pronunciada (alucinações)

-Senilidade precoce

-Transtornos ósseos (encurvamentos, dificuldade para caminhar, etc...)

d) — ISOLAMENTO

Actividades intelectuais e recreativas:

-Não se lhes permite leitura de livros, revistas, diários, nem nenhum tipo de publicações.

-Não têm na cela nem papel nem lápis.

-Proibe-se-lhes realizar actividades manuais

e) — VISITAS E COMUNICAÇÕES

-Não comunicam com outros detidos, nem sequer têm possibilidade de vê-los.

-Não podem falar nem com os carcereiros.

-Recebem visitas espaçadas de um familiar directo (e a distância dos guardas que controlam absolutamente toda a conversa).

-As visitas com os advogados defensores realizam-se nas mesmas condições.

-Só em pouquíssimas oportu-

Central das Forças Armadas (em Montevideo) no decorrer deste ano. Ali permaneceram alguns dias, sem receber assistência médica adequada, sendo posteriormente reintegrados nos diversos quartéis, em condições semelhantes ou piores que as do ingresso.

-De facto, desde que ficaram na situação de reféns não contam com assistência médica.

3-CONCLUSÕES

A total carência de todo o tipo de actividade física ou intelectual, o isolamento com o mundo exterior, as ameaças reiteradas de que a situação em que estão se prolongará indefinidamente a ausência de vozes, ruídos, impossibilidade de falar ou expressar-se de alguma forma, a permanência constante em lugares d e reduzidas dimensões, constituem as novas formas de Tortura

No Uruguai, os militares metem na prisão todos aqueles que se lhes opõem. E assim que um país de 2.500.000, conta actualmente com 7.000 presos políticos:

"Penal de Punta Carretas — 200 homens

"Libertad" — 1.300 homens

"Punta de Rieles" — 200 mulheres

"Cárcel de Cabildo" — 30 mulheres

Instituto Carlos Nery — 30 mulheres

Comando da Polícia — 50

Demais quartéis do interior e da Capital. — 4.000 detidos

"Cilindro Municipal" (Estádio Desportivo): população variável.

UMA SÓ SOLUÇÃO: REVOLUÇÃO SOCIALISTA

EDITORIAL

Na situação portuguesa actual há uma única solução imediata: Revolução Socialista.

A crise da economia capitalista, desacerto entre o poder económico e o poder político, a relação de forças, põem como única solução a Revolução Socialista.

L. A economia capitalista portuguesa vive uma crise que faz parte da economia mundial. Mas tem aqui características especiais, devido à situação periférica da economia portuguesa, que a faz viver em permanente dependência. Esta dependência tecnológica, financeira, comercial, faz parte da engrenagem do imperialismo para submeter países e explorar mão-de-obra barata. Esta provoca a continuidade dessa mão-de-obra barata e a incapacidade para produzir bens de primeira necessidade. Os investidores estrangeiros só são "encorajados" a ficar cá se a exploração se mantiver no mesmo grau.

A situação económica actual é realmente insustentável. 33% de inflação em 1973, previsões para 5000 desempregados (números impossíveis de precisar por falta de dados) E... dado importante para uma análise social (e política): impossibilidade para a grande maioria das empresas de pagarem o 13.º mês. Impossibilidade também de existirem os habituais "aumentos de Janeiro".

A situação económica vai também determinar a falência rápida e imediata de grande número de médias e pequenas empresas; o pouco crédito e a falta de pagamentos levam a uma paralização da economia da média e pequena empresa, neste momento em situação extremamente difícil.

Fácil é deduzir que os dois meses que se seguem vão ser de grande movimentação e agitação.

2. Encontra-se o poder político a braços com a sua não definição. Empenhado em deitar remedos a um capitalismo que nem sequer se deixa remendar, o poder político actual é o desmentido vivo de qualquer ilusão reformista.

Os partidos que se instalaram no Governo (e um até teve que se constituir à pressa para o fazer — o PPD), usam essa posição para se transformarem em "grandes" partidos. A isso os ajudam os grandes meios de comunicação — jornais, rádio, T.V. — que se inclinam perante o poder, tal como antes se inclinavam perante a União Nacional.

A par dessa finalidade principal de uso do poder, os partidos da coligação esforçam-se por apresentar qualquer coisa aos trabalhadores, que os acredite.

Mas a situação económica é tal, que todos se opuseram às mais insignificantes reivindicações e de "reformas" ninguém vê nada.

Recorrem os vários partidos a propagandear e a insinuar que são os outros que os não deixam fazer, mas que se eles ganharem as eleições então é que vai ser formidável. E até há quem acredite... Os partidos da coligação nem bombeiros conseguem ser para apagar o incêndio. Os partidos da coligação limitam-se a fazer "marketing" de cartazes, Congressos e comícios.

3. O MFA dá mostras de discussões internas que não passam despercebidas a qualquer observador. As declarações de Rosa Coutinho e Vasco Lourenço em Angola, as declarações de Melo Antunes, o longo fim de semana de incubação económica que fechou militares e civis num hotel de Sesimbra, a reunião no dia 7 são sinais irrecusáveis de que o remolho se passa sobretudo ao redor de questões económicas.

As eleições de Comissões de Bem Estar com representantes a todos os níveis e em situação paritária, as discussões que já se vão processando em assembleias militares, são sinais dos bons tempos que vão correndo.

4. Como se organizam e fazem representar os trabalhadores no momento actual? Os sindicatos "oficiais" perdem forma, mercê do triste papel que têm feito nas lutas operárias; em lugar de as representarem, combatem-nas. A sua estrutura de cúpula (que o fascismo criou e cultivou) garante o autoritarismo das direcções e a sua distância das bases. A divisão das empresas em dezenas de sindicatos divide os trabalhadores, que não substituem a unidade de trabalho de todos os dias pela unidade de três ou quatro horas das poucas assembleias do sindicato com algumas centenas de pessoas.

As assembleias de empresa e as comissões de trabalhadores têm assim substituído os sindicatos muito embora sejam mal suportadas. Os elementos reformistas, se não as controlam procuram miná-las pela calúnia e a intriga, como aconteceu sem resultados na Setenave. A verdade é que ninguém já pode negar a existência de facto das comissões de trabalhadores eleitas em assembleia e a sua representatividade. Do seu crescimento e da sua verdadeira autonomia (o que compreende recursos financeiros e técnicos) depende a existência dum segundo poder que substituirá o poder actual.

5. Em face da situação actual hesitam os grandes poderes internacionais. A propósito comenta em Inglaterra um representante do CIP: "... E as afirmações referentes a um comunismo dominante não tomam em conta os planos de Kissinger e de Brejnev quanto ao equilíbrio internacional, que de forma alguma permitem um regime comunista na Europa Ocidental". Que sofra, lute e caia na miséria o proletariado português... Um regime comunista não está nos planos preconcebidos pelas cabeças que pensam por todos. Que estoire o proletariado português, a metade que nos cabe neste novo tratado de Tordesilhas não permite pretensões a comunistas... Mas hoje como ontem o proletariado e as forças da história não pedem licença a ninguém para impôr um novo poder. É um risco, é um desafio ao equilíbrio internacional, mas é a única saída possível. E é um belo desafio, porque a existência dum país socialista aqui, ia realmente modificar a estratégia mundial. Ia alterar a posição dos países do Terceiro Mundo e ia impulsionar e transformar as lutas dos trabalhadores da Europa. É um risco. Mas é um risco que vale a pena correr.

6. PELA SITUAÇÃO ECONÓMICA, PELA FALÊNCIA DOS PROJECTOS DESENVOLVIMENTISTAS E REFORMISTAS, PELA TRANSFORMAÇÃO DAS F.A. E DO M.F.A., PELO ESTADIO DE DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS PRODUTIVAS EM PORTUGAL, APONTAMOS COMO ÚNICA SOLUÇÃO IMEDIATA A REVOLUÇÃO SOCIALISTA.

7. Dizem-nos camaradas inóculas que a etapa a seguir é a Revolução Democrática e Popular. Desconhecemos tal categoria, assim como desconhecemos o que é

a Revolução Democrática e Nacional. E desconhecemos porque entendemos que as revoluções, tal como os sistemas, se definem em termos de classe, em termos de modo de produção. E ou há capitalismo ou há socialismo. Ou os meios de produção pertencem a patrões, à burguesia ou pertencem ao proletariado. E se nos dizem que na Revolução Democrática e Popular pertencem ao proletariado, então perguntamos: E quem detem o poder? E se nos responderem que é o proletariado, diremos então que não percebemos porque é que se chama a uma revolução com socialização dos meios de produção e com o proletariado no poder revolução democrática e popular. Porque na verdade se trata da Revolução Socialista.

O facto de persistirem para além da Revolução Socialista outros modos de produção, como seja a exploração da pequena propriedade no Norte do país, em nada interessa para a definição do sistema, porque o que define é o modo de produção principal. É sabido como muitos países capitalistas persistem formas de exploração feudais e como depois das revoluções socialistas persistem em grau reduzido formas de exploração capitalistas, feudais e mesmo mais primitivas, em populações e regiões afastadas dos centros, atrasados e de difícil socialização imediata.

8. Sabemos a dificuldade com que vai deparar um sistema socialista em Portugal. Ele não vai ser a água benta que resolve todos os problemas. Mas é a única solução, não há soluções de meio termo. Uma coisa é certa: a resolução dos problemas em sistema socialista é totalmente diferente da resolução que propõe remédios ao sistema capitalista.

Para que o país produza de modo a um novo sistema poder su bsisitir é necessário que nessa altura todos trabalhem muito.

Os trabalhadores que agora não aceitam trabalhar mais para o patrão, aceitarão trabalhar mais para o colectivo. Uma coisa é trabalhar para o Sr. Melo, o Sr. Champalimaud, o Sr. X na Suécia, outra coisa é produzir para o bem colectivo. Nessa altura então se poderá dizer que a greve é contra-revolucionária.

Mas só a gestão colectiva, com comissões eleitas, com assembleias de delegados de comissões, que sejam deliberativas, garantirão que o poder está nas mãos do proletariado e que não cai nas mãos dum grupo tecnocrata que constitua uma burocracia tecnocrática.

Outras medidas de carácter económico, como seja a diversificação de investimentos e mercados, especialmente voltada para o Terceiro Mundo, e a planificação e racionalização da produção, muito particularmente na agricultura, serão uma forma colectiva, de superar as grandes dificuldades que virão.

O proletariado desenvolvido das zonas industriais de Lisboa e Setúbal, tão desenvolvido como o dos países europeus (as grandes indústrias aqui montadas pelo Imperialismo tiveram boas consequências), garante que a Revolução e o Poder Socialista serão feitos e exercidos pelo proletariado como classe e não por um partido em seu nome.



RECEBEMOS ENCOMENDAS DO DOSSIER BRIGADAS

Assinatura

Queiram considerar-me assinante na modalidade abaixo assinada:

NOME
MORADA
LOCALIDADE
PROFISSÃO

ASSINATURA: Semestral — 60\$00
Anual — 120\$00

PAGAMENTO: Em cheque
Em Vale

APARTADO 4117-LIS.-4